



# **INTERLOCUÇÕES EDUCACIONAIS E OS ÂMBITOS CONTEMPORÂNEOS: TRABALHOS SELECIONADOS**



**Marcos Vitor Costa Castelhana  
Patrício Borges Maracajá  
Aline Carla De Medeiros  
Flávio Franklin Ferreira De Almeida  
José Cezario de Almeida  
Sérgio Carvalho Araújo  
(Orgs).**

**INTERLOCUÇÕES  
EDUCACIONAIS E OS  
ÂMBITOS  
CONTEMPORÂNEOS:  
TRABALHOS SELECIONADOS**

**Todos os elementos dispostos em tal produção são de total responsabilidade dos autores**

**Licença Creative Commons Atribuição-SemDerivações 4.0 Internacional.**

**Comissão Editorial:**

*Dr Leonardo da Silva Alves*

*Dr Sérgio Ricardo da Costa Simplicio*

*Es Michelly Rayane Romualdo Branco*

*Ms Alan Douglas Santiago*

*Dr Magno Alexon Bezerra Seabra*

*Esp. Marcos Vitor Costa Castelhana*

*Ms Maria José Bezerra da Silva*

*Profa. Dra. Karla Roberta Castro Pinheiro Alves*

*Ms José Fabio Bezerra da Silva.*

*Dr Lucas Gomes de Medeiros*

*Dr Hamilton José Werneck Mouta.*

*Dra. Lauriceia Galdino dos Santos*

*Dr. José de Sousa Campos Júnior*

*Esp. Damiana dos Santos Junqueira*

*Dr. Iure Coutre Gurgel*

*Nosso maior objetivo é construir meios significativos de difusão e distribuição de trabalhos acadêmicos capazes de consolidar os enfoques científicos na contemporaneidade.*

*Equipe da CTP*

Marcos Vitor Costa Castelhana

Patrício Borges Maracajá

Aline Carla De Medeiros

Flávio Franklin Ferreira De Almeida

José Cezario de Almeida

Sérgio Carvalho Araújo

(Orgs).

**INTERLOCUÇÕES EDUCACIONAIS E  
OS ÂMBITOS CONTEMPORÂNEOS:  
TRABALHOS SELECIONADOS**

1ª Edição

São Bento-PB  
CTP Editora 2024

**Todos os elementos dispostos em tal produção são de total responsabilidade dos autores**

**Licença Creative Commons Atribuição-SemDerivações 4.0 Internacional.**

**Comissão Editorial:**

*Dr Leonardo da Silva Alves*

*Dr Sérgio Ricardo da Costa Simplício*

*Es Michelly Rayane Romualdo Branco*

*Ms Alan Douglas Santiago*

*Dr Magno Alexon Bezerra Seabra*

*Esp. Marcos Vitor Costa Castelhana*

*Ms Maria José Bezerra da Silva*

*Profa. Dra. Karla Roberta Castro Pinheiro Alves*

*Ms José Fabio Bezerra da Silva.*

*Dr Lucas Gomes de Medeiros*

*Dr Hamilton José Werneck Mouta.*

*Dra. Lauriceia Galdino dos Santos*

*Dr. José de Sousa Campos Júnior*

*Esp. Damiana dos Santos Junqueira*

*Dr. Iure Coutre Gurgel*

*Nosso maior objetivo é construir meios significativos de difusão e distribuição de trabalhos acadêmicos capazes de consolidar os enfoques científicos na contemporaneidade.*

*Equipe da CTP*

2024 Edição Brasileira by CTP by  
Autores Todos os direitos reservados

Contemporânea: Agência  
Educativa – CTP - Editora  
CNPJ: 46.679.708/0001-11  
E-mail:  
contemporaneasartigos23@outlook.  
com 83998400598  
São Bento-PB – Brasil

Editor-Chefe: Marcos Vitor Costa Castelhana  
Diagramação: Marcos Vitor Costa Castelhana  
Revisão de texto: Autores  
Capa: Gabriela Gomes Maranhão  
Produtor Editorial: José Fábio Bezerra da Silva

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

I61 Interlocuções educacionais e os âmbitos contemporâneos [livro eletrônico] : trabalhos selecionados / Marcos Vitor Costa Castelhana... [et al.]. – São Bento, PB: CTP Editora, 2024.

Formato: PDF  
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader  
Modo de acesso: World Wide Web  
ISBN 978-65-83034-16-8

1. Interlocuções. 2. Educação – Pesquisa – Brasil. I. Castelhana, Marcos Vitor Costa. II. Maracaja, Patrício Borges. III. Medeiros, Aline Carla De. IV. Almeida, Flavio Franklin Ferreira De. V. Almeida, Jose Cezario de. VI. Araújo, Sergio Carvalho.

CDD 370

**Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422**

**DOI: 10.18378/ctp-978-65-83034-16-8**

## **SUMÁRIO**

|                                                                                                                                                                  |           |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>APRESENTAÇÃO.....</b>                                                                                                                                         | <b>7</b>  |
| <br><b>CAPÍTULO 1- O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NAS CIDADES DE CURRAIS NOVOS E NATAL: DIFERENTES CONTEXTOS, PRÁTICAS E VIVÊNCIAS SEMELHANTES.....</b> | <b>9</b>  |
| <br><b>CAPÍTULO 2- EDUCAÇÃO FÍSICA E O LÚDICO: A IMPORTÂNCIA DOS JOGOS E BRINCADEIRAS NO DESENVOLVIMENTO DOS ESTUDANTES.....</b>                                 | <b>19</b> |
| <br><b>CAPÍTULO 3- A IMPORTÂNCIA DA ATUAÇÃO PSICOPEDAGÓGICA NA ESCOLA PÚBLICA NO BRASIL.....</b>                                                                 | <b>29</b> |
| <br><b>CAPÍTULO 4- POR UMA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DE QUALIDADE, AFETIVA E HUMANIZADA.....</b>                                                              | <b>51</b> |
| <br><b>SOBRE OS ORGANIZADORES.....</b>                                                                                                                           | <b>61</b> |

## **APRESENTAÇÃO**

O presente trabalho acadêmico reúne um total de quatro capítulos de livros voltados aos diferentes âmbitos educacionais na contemporaneidade, englobando vieses e proposições atreladas a Pedagogia, Psicopedagogia, Educação Física, entre outras áreas profissionais e metodológicas.



## **CAPÍTULO 1- O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NAS CIDADES DE CURRAIS NOVOS E NATAL: DIFERENTES CONTEXTOS, PRÁTICAS E VIVÊNCIAS SEMELHANTES**

### **Gibson Marcelo Galvão de Sousa**

Mestrando em Ciências da Educação pela World University Ecumenical. Professor da Rede Estadual de Ensino do RN. E-mail: gibson.sousa@gmail.com

### **Marinalva Cavalcante de Lima**

Mestranda em Ciências da Educação pela World University Ecumenical. Professora da Rede Estadual e Municipal de Ensino do RN. E-mail: marincavalcante.cdl@gmail.com

### **Marinês Nóbrega de Medeiros Moura**

Mestranda em Ciências da Educação pela World University Ecumenical. Professora da Rede Estadual de Ensino do RN. E-mail: marinesgalega2015@gmail.com

**Resumo:** A educação inclusiva no Brasil tem sido alvo de extensa pesquisa, análise de dados e criação de legislação nos últimos anos. Esses esforços visam a avaliação, aprimoramento e a busca pela excelência no ensino, objetivando a inclusão social na sua totalidade, bem como a garantia de uma educação de alta qualidade para todos. Diante desse processo de inclusão social, busca-se facilitar o acesso das pessoas com deficiência em todos os níveis de escolaridade, com acompanhamento em salas de recursos multifuncionais e atendimento individualizado. O trabalho tem como objetivo analisar se existem diferenças e/ou semelhanças na concepção do conceito de inclusão, bem como na forma de atendimento às pessoas com deficiência e dos desafios enfrentados pelas profissionais do AEE (Atendimento Educacional Especializado). Para obtenção de resultados, foi realizada uma pesquisa qualitativa através de entrevista via Google Forms e pesquisa bibliográfica com quatro professoras que atuam nas esferas privadas e públicas. A pesquisa realizada serviu como base para observar as perspectivas, experiências e situações enfrentadas diariamente por cada professora; elas apresentam resultados similares devido ao conhecimento das leis voltadas às pessoas com deficiência, bem como dos principais obstáculos e estratégias realizadas a fim de obter resultados que visem a inclusão.

**Palavras-chave:** Inclusão Social, Educação, Ensino, Acesso.

**Abstract:** In Brazil, inclusive education has been the subject of an extensive research, data analysis and legislation in the past few years. These efforts aim the assessment, enhancement and a seek for excellence in teaching, aiming the social inclusion in its entirety, as well as the guarantee of a high quality education for everyone. In view of this process of social inclusion, we seek to facilitate access for people with disabilities at all educational levels, with monitoring in multifunctional resources rooms and personal service. This article aims to analyze whether there are differences or similarities in the concept of inclusion, as well as in the form of assistance to people with disabilities and the challenges faced by the teachers of SES (Specialized Educational Service). To obtain results, a qualitative survey was made through an interview by Google Forms and bibliographic research with four teachers who work in the private and public spheres. The survey served as a basis to observe the perspectives, experiences and situations faced daily by each teacher, which present similar results due to the knowledge of laws for people with disabilities, as well as the main obstacles and strategies carried out, in order to obtain results that aim inclusion.

**Keywords:** Social Inclusion, Education, Teaching, Access.

## **INTRODUÇÃO**

Nos últimos anos, a educação pública no Brasil tem sido estudada em diferentes vertentes de pesquisas, e a análise dos dados tem contribuído para a criação de várias leis, com o objetivo de avaliar e aprimorar a qualidade do ensino, visando a inclusão social em sua totalidade. Essa busca por excelência na educação é especialmente relevante no que diz respeito ao acesso de pessoas com deficiência em todos os níveis de escolaridade. A implementação de salas de recursos multifuncionais e o atendimento individualizado são iniciativas que visam facilitar essa inclusão.

Neste contexto, é fundamental compreender o conceito de inclusão e como ele é aplicado na prática educacional. A presente pesquisa tem como objetivo analisar se existem diferenças e/ou semelhanças na concepção de inclusão, bem como na forma de atendimento a pessoas com deficiência. Além disso, busca-se investigar os desafios enfrentados pelas profissionais do Atendimento Educacional Especializado (AEE), que desempenham um papel crucial na promoção da inclusão.

Para a obtenção de resultados, foi realizada uma pesquisa qualitativa por meio de entrevistas via Google Forms e pesquisa bibliográfica, envolvendo quatro professoras que atuam nas esferas pública e privada. Essa metodologia permitiu observar as perspectivas, experiências e situações enfrentadas diariamente por cada uma das professoras, revelando resultados similares relacionados ao conhecimento das leis voltadas às pessoas com deficiência

## **A EDUCAÇÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA ATRAVÉS DA ANÁLISE DAS LEIS BRASILEIRAS**

A Constituição Federal de 1988 garante que a educação é um direito de todos, visando o desenvolvimento pessoal, a cidadania e a qualificação profissional, além de assegurar igualdade de acesso e permanência na escola. O Estado tem o dever de oferecer o Atendimento Educacional Especializado (AEE) preferencialmente na rede regular de ensino. Diferente das classes

especiais, o AEE complementa a educação regular, oferecendo suporte específico, como o ensino de Braille e o uso de tecnologia assistiva, para superar barreiras impostas pela deficiência. A LDB de 1996, em seu art. 59, reforça a adaptação curricular, a terminalidade específica e a formação de professores especializados para garantir o atendimento adequado aos alunos com deficiência, transtornos do desenvolvimento e altas habilidades (Brasil, 1996).

No cap. V em seu art. 60 parágrafo único da mesma lei, podemos observar que a oferta para o referido público da Educação Especial deverá ser realizada em seu próprio estabelecimento de ensino, conforme está estabelecido que

O poder público adotará, como alternativa preferencial, a ampliação do atendimento aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na própria rede pública regular de ensino, independentemente do apoio às instituições previstas neste artigo (Brasil, 2023, p. 44).

A LDB prioriza a inclusão de alunos com deficiência e altas habilidades na rede regular de ensino, garantindo suporte adequado. A educação especial, como modalidade de ensino, atende educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades, assegurando seu acesso e permanência em um ambiente inclusivo. A LDB regulamenta o sistema educacional brasileiro, promovendo a igualdade de oportunidades com atendimento adaptado às necessidades de cada estudante. A Lei Brasileira de Inclusão (Estatuto da Pessoa com Deficiência) reforça esse direito, garantindo educação inclusiva em todos os níveis e promovendo o desenvolvimento integral de suas habilidades e participação plena na sociedade.

Segundo a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI), a educação é um direito garantido às pessoas com deficiência em todos os níveis, permitindo que desenvolvam suas habilidades conforme suas necessidades. O objetivo da educação especial é adaptar o sistema para assegurar o acesso ao ensino, seja em escolas regulares ou especiais, promovendo oportunidades iguais e plena participação na sociedade. A lei também garante outros direitos de inclusão, como acessibilidade, saúde, trabalho, cultura e comunicação, conforme podemos ver no art. 8 da referida legislação:

É dever do Estado, da sociedade e da família assegurar à pessoa com deficiência [...] a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à sexualidade, [...] à dignidade, ao respeito, à liberdade, à convivência familiar e comunitária, entre outros decorrentes da Constituição Federal, da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo e das leis e de outras normas que garantam seu bem-estar pessoal, social e econômico (Brasil, 2015, cap. II, art. 8).

Ambas as legislações apresentadas favorecem a inclusão social e o respeito à diversidade humana, garantindo igualdade de oportunidades para pessoas com deficiência em seu desenvolvimento pessoal, social e profissional. A prática da inclusão permite à sociedade modificar suas relações, promovendo interação e acesso aos mais altos níveis de educação, substituindo práticas excludentes por inovações pedagógicas voltadas à diversidade.

### **A IMPORTÂNCIA DA INFORMAÇÃO E DO ENVOLVIMENTO DA FAMÍLIA NA EDUCAÇÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.**

As leis garantem o direito à educação inclusiva para todos, independentemente de limitações. No entanto, a educação de pessoas com deficiência vai além de normas legais, sendo um processo que envolve vários atores, especialmente os pais. O papel dos familiares, principalmente dos pais, é essencial no apoio e desenvolvimento dessas crianças. Os educadores precisam conhecer a dinâmica familiar para elaborar intervenções eficazes e oferecer uma educação de qualidade.

A visão dos pais sobre a deficiência de seus filhos influencia diretamente no desenvolvimento das crianças. A aceitação da deficiência e a empatia são fundamentais nesse processo. Nessa perspectiva, Glat (1996, p. 113) enfatiza que “a família se constitui, assim, no grupo social primário e é por meio do relacionamento familiar que desde os primeiros tempos de vida a criança começa a aprender até que ponto ela é um ser aceitável no mundo [...]”.

Percebe-se aqui o papel fundamental da família como o primeiro grupo social que impacta a autoaceitação da criança. A dinâmica familiar molda as primeiras percepções da criança sobre sua aceitação no mundo. Além disso, os pais devem buscar informações e formar parcerias com profissionais da saúde e educação para promover o desenvolvimento adequado de seus filhos. A defesa

dos direitos da pessoa com deficiência, a comunicação aberta, a promoção da autonomia e o respeito à individualidade são aspectos cruciais que os pais devem incorporar.

A entrevista com professores de AEE revelou questões importantes sobre a postura dos pais em relação à educação dos filhos com deficiência, como a aceitação, a busca por informações e a defesa dos seus direitos. Essas reflexões servem de base para que educadores orientem os pais e promovam uma educação de qualidade. O envolvimento dos pais é essencial para garantir um ambiente que favoreça o desenvolvimento e a inclusão social. A Lei Brasileira de Inclusão assegura esses direitos, destacando a importância da colaboração de todos no processo educativo. Pais informados e engajados são parceiros indispensáveis na inclusão e no desenvolvimento pleno dos filhos.

## **A NECESSIDADE DA FORMAÇÃO CONTINUADA PARA O PROFESSOR DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE)**

A formação continuada é um processo intrínseco ao desenvolvimento da prática pedagógica e é essencial para o professor que atua no atendimento especializado. Nos documentos que orientam o trabalho do professor que atendem aos alunos com deficiências e com transtornos está em destaque a necessidade da formação continuada. Cada aluno necessita de um acompanhamento diferenciado, e a formação acadêmica não oferece conhecimentos suficientes para trabalhar de forma eficaz com as variadas necessidades dos alunos com diferentes deficiências. Oliveira, Braun e Lara (2013) defendem que as atividades escolares devem ter significado para os alunos, o que exige uma construção coletiva de conceitos históricos relacionados ao ensino, à aprendizagem e ao currículo. Na educação inclusiva, o professor precisa de uma formação específica para adaptar o conteúdo aos alunos com deficiência. Essa formação envolve também a revisão dos currículos das instituições que formam os professores.

Além disso, é imprescindível o conhecimento das leis e documentos que regem o trabalho dos profissionais da educação especializada e os seus direitos e de seu público-alvo. Possuir conhecimentos amplos e atualizados ajuda os docentes a identificar as necessidades de cada aluno e a buscar as melhores

metodologias para auxiliar no desenvolvimento dos alunos atendidos. De acordo com Milanez (2013), a formação especializada possibilita o desenvolvimento de materiais e estratégias pedagógicas que favoreçam o processo da aprendizagem em sala de aula, considerando o currículo proposto a todos os alunos.

Milanez (2013) observa que, no Brasil, propostas de formação continuada em educação especial, com ênfase no Atendimento Educacional Especializado (AEE) para alunos com deficiência intelectual, estão sendo implementadas, alinhadas à política de inclusão nas escolas regulares. No entanto, ela ressalta que essa prática ainda precisa ser intensificada em todas as regiões do país, pois a formação especializada existente não é suficiente para atender às necessidades de todas as instituições educativas e seus profissionais. De acordo com Milanez (2013, p. 38),

Propostas de formação continuada na área da educação especial, sobretudo em relação à deficiência intelectual e à clareza do diagnóstico dessa condição, podem beneficiar o atendimento desses alunos nas salas regulares de ensino e nas salas de recursos multifuncionais.

Cada aluno possui suas especificidades, e a inclusão vai além do simples acesso à escola; é crucial que os estudantes participem ativamente do processo educacional, apropriem-se do conhecimento curricular e desenvolvam habilidades de socialização e autonomia. Nesse sentido, Oliveira, Braun e Lara (2013, p. 43) destacam que “ninguém atende bem ou faz bem aquilo que não conhece: é preciso ter competência para lidar com as diferenças. E a competência se constrói no dia a dia da formação, inicial e continuada”. Diante disso, o professor da sala regular, com carga horária limitada e pouca formação específica sobre cada deficiência, necessita do apoio de outros profissionais para garantir o pleno desenvolvimento dos alunos.

A formação de graduação é ampla demais para atender às especificidades e desafios nas escolas. Oliveira, Braun e Lara (2013) também destacam que garantir uma formação profissional sólida, capaz de refletir sobre a prática educativa e alterar realidades, exige tempo e aprofundamento reflexivo, devido aos limites impostos pela política socioeconômico-cultural de exclusão.

Assim sendo, a inclusão efetiva requer garantir os direitos das pessoas com deficiência e dos profissionais da educação, que precisam de formação contínua, ambientes adequados, recursos apropriados, apoio multidisciplinar e a participação da família. Dessa forma, é possível proporcionar um ensino emancipatório e humanizado, promovendo a plena participação social de todos os alunos.

## **RESULTADOS DO QUESTIONÁRIO FEITO COM PROFESSORAS DO AEE (ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO)**

Diante das perspectivas atuais sobre a educação especial, realizou-se uma pesquisa qualitativa para analisar a realidade das docentes que atuam no Atendimento Educacional Especializado (AEE), setor essencial no apoio a alunos com deficiências e transtornos de aprendizagem. A pesquisa contou com a participação de quatro professoras de diferentes instituições, todas atuando no AEE, que desempenha um papel crucial na inclusão educacional. Vale destacar que o direito a esse atendimento é assegurado por lei, conforme os decretos Nº 6.214/07, que regulamenta o benefício de assistência social para pessoas com deficiência, e Nº 7.611/11, que dispõe sobre a educação especial e o Atendimento Educacional Especializado, garantindo recursos e medidas que promovem a educação inclusiva. Essas normas reforçam o compromisso legal com a inclusão e a equidade social e educacional.

## **COLETA DE DADOS E RESULTADOS**

Seis perguntas foram elaboradas para explorar a rotina, as práticas pedagógicas e as percepções das professoras sobre o impacto da família e dos órgãos governamentais no aprendizado de alunos com deficiência. Apesar de trabalharem em diferentes locais, as respostas mostraram semelhanças significativas, permitindo uma análise conjunta dos dados, que serão apresentados a seguir.

### **1. Como você definiria inclusão no contexto educacional contemporâneo?**

As professoras entrevistadas destacaram que a inclusão busca garantir o acesso e a participação de todos os alunos, valorizando a diversidade. Embora reconheçam o avanço legislativo, citando a Lei nº 13.146/2015 (Estatuto da

Pessoa com Deficiência), afirmam que ainda há desafios a serem enfrentados, como a falta de investimentos e de formação adequada para os docentes.

2. Quais são os maiores desafios enfrentados pelos professores do AEE, e como você tenta superá-los?

Os principais desafios apontados incluem a conscientização dos professores das salas de aula regulares sobre o potencial dos alunos com deficiência e a necessidade de um trabalho colaborativo entre escola, família e corpo docente. As entrevistadas sugerem encontros mensais entre as partes envolvidas como uma estratégia para facilitar o diálogo e a cooperação.

3. Qual é a importância do Atendimento Educacional Especializado (AEE) e sua contribuição para a inclusão de PcD?

As professoras afirmaram que o AEE é crucial para identificar as necessidades individuais dos alunos com deficiência e promover sua autonomia. O serviço também atua como suporte aos professores da educação regular, contribuindo para um ambiente educacional mais inclusivo.

4. Como você se mantém atualizado(a) em relação às práticas mais recentes no AEE?

Houve diversidade nas respostas sobre a formação continuada e o suporte governamental, o que exigiu a tabulação dos dados individualmente. A formação em serviço e a busca por atualização contínua foram mencionadas, porém com diferenças nas percepções sobre a efetividade dos programas disponíveis.

Para melhor compreensão e visualização, as informações foram expostas no quadro a seguir:

| Professora   | Como se mantém atualizada                                                                                                | Formação Continuada pelo Governo                                                                                                              |
|--------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Professora 1 | Participa de formação continuada mensal por especialistas na área da inclusão, oferecida pela instituição onde trabalha. | A Secretaria de Educação Municipal investe em palestras que são ministradas mensalmente em parceria com a instituição na qual presta serviço. |
| Professora 2 | Busca atualização por meio de leituras de artigos, livros e formações na área.                                           | Órgãos governamentais proporcionam formação continuada, destacando sua importância.                                                           |
| Professora 3 | Participa de formação continuada oferecida pelos governos.                                                               | Participa de formação continuada oferecida pelas redes estadual e municipal, além de outros cursos de extensão em universidades federais.     |

|              |                                 |                                                                                        |
|--------------|---------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------|
| Professora 4 | Por meio de palestras e cursos. | Participa de palestras, além de outros cursos de extensão voltados à área em que atua. |
|--------------|---------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------|

#### 5. Como você acompanha e avalia o progresso dos alunos no AEE?

A avaliação dos alunos no AEE é descrita como processual e contínua, com adaptações de provas e materiais, e análise do desenvolvimento global dos alunos (incluindo aspectos neurológicos, físicos, comportamentais, cognitivos e sociais). As professoras registram essas atividades de forma constante.

#### 6. Qual o efeito do envolvimento dos pais no desenvolvimento dos alunos com deficiência?

As respostas destacam que o envolvimento parental é fundamental para o sucesso do AEE. No entanto, observam que a superproteção por parte dos pais pode ser um entrave ao desenvolvimento da autonomia dos alunos, exigindo estratégias específicas para aumentar o engajamento familiar de maneira equilibrada.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Crianças e adolescentes com deficiência enfrentam muitos desafios ao longo da história e, apesar de avanços, a discriminação e o preconceito ainda persistem. Embora leis atuais garantam seus direitos à educação e ao tratamento adequado, ainda há muito a ser conquistado. O Atendimento Educacional Especializado (AEE) surgiu para promover uma educação inclusiva, tratando alunos com necessidades especiais como capazes, assim como qualquer outra criança. A pesquisa realizada com professoras de diferentes instituições revelou que suas experiências e desafios são similares, todas cientes das leis e estratégias diárias para superar obstáculos e alcançar resultados satisfatórios. Vimos que o AEE, juntamente com o apoio familiar e da equipe pedagógica, é essencial para o desenvolvimento dessas crianças. Além disso, a formação continuada dos profissionais é fundamental para aprimorar a eficácia do trabalho, sempre respeitando as diferenças.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto nº 6.214, de 26 de setembro de 2007. Regulamenta o benefício de prestação continuada da assistência social de que trata a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 set. 2007. p. 16. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/D6214.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/D6214.htm). Acesso em: 24 out. 2024.

BRASIL. Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 18 nov. 2011. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/decreto/D6571.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/decreto/D6571.htm). Acesso em: 24 out. 2024.

BRASIL. LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. 7. ed. Brasília, DF: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2023.

BRASIL, 2015, Lei n. 13.146, de 6 de jul. de 2015. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm). Acesso em: 9 set. 2023.

GLAT, Rosana. **O papel da família na interação do portador de deficiência.** Rev. bras. educ. espec., Marília, v. 02, n. 04, p. 111-118, 1996. Disponível em: [http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-65381996000100010&lng=pt&nrm=iso](http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65381996000100010&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 22 out. 2024.

MILANEZ, Simone Ghedini Costa. Contribuições da formação continuada para a prática pedagógica dos professores no Atendimento Educacional Especializado de alunos com Deficiência Intelectual. In: **Atendimento educacional especializado para alunos com deficiência intelectual e transtornos globais do desenvolvimento.** MILANEZ, Simone Ghedini Costa; OLIVEIRA, Anna Augusta Sampaio de; MISQUIATTI, Andréa Regina Nunes (Orgs.). São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Oficina Universitária, 2013.

OLIVEIRA, Anna Augusta Sampaio de; BRAUN, Patrícia; LARA, Patrícia Tanganelli. Atendimento Educacional Especializado na área da Deficiência Intelectual: questões sobre a prática docente. In: **Atendimento educacional especializado para alunos com deficiência intelectual e transtornos globais do desenvolvimento.** MILANEZ, Simone Ghedini Costa; OLIVEIRA, Anna Augusta Sampaio de; MISQUIATTI, Andréa Regina Nunes. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Oficina Universitária, 2013.

## **CAPÍTULO 2- EDUCAÇÃO FÍSICA E O LÚDICO: A IMPORTÂNCIA DOS JOGOS E BRINCADEIRAS NO DESENVOLVIMENTO DOS ESTUDANTES**

**Iago Feitosa Lima**

Pesquisador de temáticas voltadas as diretrizes da Educação Física mediante das consolidações da Educação Básica

**Resumo:** A Educação Física, enquanto componente do curricular escolar, tem como uma das características articular o conhecimento e as práticas de movimento corporal, bem como de formação humana, pois o ambiente escolar não é apenas de formação intelectual, mas de constituição e conhecimento corporal. E o ensino de Educação Física pode estar atrelado às atividades lúdicas como forma de instrumentação para um ensino e aprendizagem mais ativo, instigante, prazeroso e eficaz. Entendemos como lúdico como uma gama de atividades, brincadeiras, jogos e fantasias que perpassa o ambiente escolar e que podem ser usadas como agentes didáticos. Assim, temos por objetivo discutir o papel do lúdico no ensino e aprendizagem de Educação Física escolar. Para tanto, procedeu-se através da metodologia de revisão bibliográfica, que é caracterizada pela sondagem, seleção e fichamentos dos trabalhos que discutiam sobre a temática supracitada. Observou-se que o lúdico é uma importante ferramenta pedagógica e didática no ensino de Educação Física, pois desperta o interesse dos estudantes, ao passo que estimula a criatividade e o desenvolvimento cognitivo quanto o motor.

**Palavras-chave:** Educação Física. Lúdico. Ensino. Aprendizagem.

### **Introdução**

A Educação Física é um componente curricular muito importante para o desenvolvimento de crianças e adolescentes, tanto no para o desenvolvimento das expressões corporais como da formação intelectual. Segundo Severino e Porrozzi (2010) a Educação Física é de suma importância para o desenvolvimento físico, afetivo, cognitivo e nas funções motoras. E como qualquer outro componente que faz parte da grade escolar, é perpassado por dificuldades e obstáculos na práxis de ensino e aprendizagem.

Assim, para o processo de ensino e aprendizagem de Educação Física é necessários o desenvolvimento de práticas didáticas diferenciadas, bem como o uso do lúdico no ensino, pois permite estimular a interação, participação e colaboração tanto entre o docente e os discentes.

O lúdico pode ser uma ferramenta muito importante para o ensino e aprendizagem, sendo uma abordagem didática participativa, ativa, prazerosa e

que torna o ensino e aprendizagem mais efetivo (KISHIMOTO, 2008). Segundo Vygotsky

O lúdico influencia muito no desenvolvimento da criança. É através do lúdico que a criança aprende a agir sua curiosidade e estimulada, adquire iniciativa e autoconfiança, proporciona o desenvolvimento da linguagem, do pensamento e da concentração (VYGOTSKY, 1988, p. 81).

Neste sentido, temos por objetivo discutir o ensino de Educação Física em diálogo com o lúdico, apontando possibilidades e obstáculos na relação dialógica entre estas duas esferas.

No que concerne aos aspectos metodológicos, a pesquisa tem caráter bibliográfico, pois analisamos trabalhos acadêmicos sobre o assunto supracitado. De acordo com Lima e Miotto (2007, p. 38) “a pesquisa bibliográfica implica em um conjunto ordenado de procedimentos de busca por soluções, atento ao objeto de estudo, e que, por isso, não pode ser aleatório”.

Quando falamos de lúdico logo pode vir a ideia que está atrelado à infância e que adolescentes e jovens não participam ou que sua idade não está adequada às atividades. Entretanto, quando nos referimos ao lúdico estamos mencionando uma gama de atividades, brincadeiras, jogos e imaginação diversa, que atende a todos, até mesmo à adultos. Assim, mesmo aqueles estudantes que estão na adolescência podem aprender com o lúdico.

A Educação Física permite aos estudantes o desenvolvimento do aluno em diferentes esferas, tanto na socialização, do trabalho em equipe, do respeito e o desenvolvimento corporal.

O artigo é dividido em três seções. Na primeira delimitamos o conceito de lúdico adotado no presente trabalho. Na segunda seção traçamos alguns comentários sobre a Educação Física enquanto componente escolar. E na terceira e última discutimos a Educação Física em diálogo com o lúdico. Ao final do artigo, apresentamos considerações finais sobre a análise aqui promovida.

## **1 “Lúdico” e sua polissemia**

O termo “lúdico” é tão variável que suas definições são imprecisas ou não há consenso. Mas o termo lúdico vem da palavra *ludus*, que pode ser definida

como “brincar” e “jogar”, assunto que permanece impreciso e genérico. Para Huizinga, o termo o jogo pode ser definido como:

[...] uma atividade livre, conscientemente tomada como “não séria” e exterior à vida habitual, mas ao mesmo tempo capaz de absorver o jogador de maneira intensa e total. É uma atividade desligada de todo e qualquer interesse material, com a qual não se pode obter qualquer lucro, praticada dentro de limites espaciais e temporais próprios, segundo uma certa ordem e certas regras (HUIZINGA, 1995, p. 16).

O autor coloca o jogo em perspectiva com base em duas características. Em primeiro lugar, como uma atividade, um hobby, separado da vida quotidiana, e em segundo lugar, indiretamente, como o processo de aprendizagem pode ocorrer na cultura que envolve e molda os jogos.

Se pensarmos na ideia de brincadeira de Huizinga (1995) e na diversão que ela traz, encontramos personagens para os quais as atividades citadas não têm valor produtivo ou prático e são fins em si mesmas. Portanto, o uso de jogos em sala de aula não pode ser utilizado quando se fala nesses termos.

No entanto, pelo menos nas últimas três décadas, a brincadeira tem sido cada vez mais discutida na educação como uma ferramenta instrumental para facilitar ou promover processos de ensino e aprendizagem.

É comum observar que alguns conceitos como “jogo”, “brincadeira”, “brinquedo” são utilizados como conceitos lúdicos. De fato, o lúdico pode estar em uma relação dialógica entre estes três conceitos, mas existem algumas diferenças. Para tanto, discutiremos as diferenças entre esses conceitos com base em Kishimoto (1998). Para a autora, um “jogo” envolve um conjunto específico de regras que os participantes devem primeiro compreender.

“Brincar” refere-se ao comportamento de movimento de uma criança, ou seja, representar através de jogos ou brinquedos. Os brinquedos são objetos que mantêm uma relação estreita com as crianças, e são objetos que utilizam a imaginação da criança para transformá-los em dinossauros, aviões, bonecos, etc., e renovar seu significado e finalidade de acordo com a necessidade da criança, entre outros. É a variação deste brinquedo que garante que a criança desenvolva um apego emocional. Outra característica dos brinquedos é a sua

materialidade. Isso significa que todos os brinquedos são usados em jogos e apoiam o desempenho.

## **2 Educação Física escolar**

A Educação Física enquanto componente curricular escolar tem sido discutida a partir de uma perspectiva cultural, assim, como produto da cultura do ser humano. Isto é, é vista como de desenvolvimento e expressão corporal, no qual torna-se como uma das diversas linguagens produzidas pelo o homem.

Este componente curricular auxilia no desenvolvimento motor das crianças e dos adolescentes, quando estes passam a entender melhor seus corpos e formas de expressões produzidas por estes, bem como no desenvolvimento cognitivo, como no entendimento de regras, no trabalho em equipe e no desenvolvimento de estratégias.

Destarte, a Educação Física escolar é um componente altamente essencial para o pleno desenvolvimento dos estudantes. E o papel do professor de educação física ganha destaque neste processo, pois é ele que planeja e executa, juntamente com os estudantes, as atividades planejadas, nas quais poderão atuar no desenvolvimento físico e motor dos alunos, bem como proporcionar um momento de interação, socialização e diversão no ambiente escolar.

Para Ulasowicz e Peixoto (2000) a Educação Física além de sua finalidade social e educativa, como na formação cognitiva e na formação do cidadão, tem como objetivo a melhora na qualidade de vida e da promoção à saúde por das atividades físicas e da interação social.

Nos últimos anos do século XXI a Educação Física vem modificando-se, abandonando uma perspectiva competitivista e tecnicista, ao passo que se aproxima de um caráter de cooperação, de valorização do trabalho em equipe, bem como no desenvolvimento motor e cognitivo dos estudantes (CORRÉIA, 2006).

Entre os papéis da Educação Física escolar está em preparar o estudante para uma prática ativa e consciente, incorporando um caráter transversal para com os demais componentes curriculares, sobre a constituição de um discurso sobre a cultura do movimento, de saúde e bem estar a partir dos mais diversos

esportes. Portanto, refletir sobre o papel da Educação Física no contexto educativo e social é dar destaque para esta, pois é apontar sua importância nas mais diversas esferas e contextos, tanto do desenvolvimento social, intelectual, cognitivo, motor e corporal, além de ressaltar questões referentes à saúde e ao bem estar. Desta forma, o papel pedagógico da Educação Física é buscar a autonomia de movimentos corporais.

Reforçando este argumento, Duprat e Bortoleto (2007) apontam que a Educação Física escola possibilita as crianças a entrarem em contato com a cultura corporal, em diálogo com as competências e habilidades exigidas pela matriz curricular, bem como diferentes formas de expressão e criatividade.

O incentivo e a dedicação docente no ambiente escola, aqui estamos nos referindo à Educação Física, mas vale para outros componentes curriculares escolares, pode incentivar os alunos a dedicarem-se a uma atividade física, contribuindo para uma melhor qualidade de vida, de saúde e sociabilidade.

### **3 Educação Física e o lúdico**

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases – LDB 9394/96, em seu artigo 26, a Educação Física é um dos componentes essenciais para o desenvolvimento integral dos estudantes. Assim, devido a sua importância, é obrigatório em todo período escolar (BRASIL, 1996).

Assim, a práxis da Educação Física não é apenas a prática deliberada de esportes, mas pensada de forma didática para que sua ação favoreça conceitos, atitudes e trabalho em equipe. Como uma aula qualquer, os objetivos e como alcançar estes objetivos devem ser claros e, também, apresentados aos estudantes.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) asseguram que a Educação Física nas séries iniciais do Ensino Fundamental é de extrema importância, pois permite que as crianças possam desenvolver e ampliar suas habilidades físicas, motoras, cognitivas, bem como compartilhem de atividades culturais regionais, enriquecendo e valorizando as culturas (BRASIL, 2001).

Ainda segundo os PCN's, é durante as aulas de Educação Física que os alunos desenvolvam habilidades e competência, bem como o respeito, dignidade e solidariedade, além da valorização à saúde.

Outro documento legal que traz informações sobre a Educação Física é Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que destaque o seguinte:

Educação Física é o componente curricular que tematiza as práticas corporais em suas diversas formas de codificação e significação social, entendidas como manifestações das possibilidades expressivas dos sujeitos, produzidas por diversos grupos sociais no decorrer da história, ou seja, o movimento estará sempre inserido no campo cultural e não deverá ser limitado em suas práticas (BRASIL, 2017, p. 213).

Desta forma, as aulas de Educação Física devem ser pensadas de forma pedagógica pelos docentes, isto exige um trabalho de pesquisa, reflexão, traçar objetivos e metodologias didáticas de como alcançar estes objetivos, bem como ferramentas avaliativas para averiguar até que ponto foi alcançado os mesmos, bem como uma práxis pedagógica que torna as aulas dinâmicas, na medida do possível transversal e abranger dimensões individuais e coletivas (BRASIL, 2017).

Na BNCC a Educação Física é reconhecida como um componente curricular necessário e que contribui para o desenvolvimento das estudantes. Portanto, suas diretrizes estão baseadas na cultura, nas relações sociais e afetivas.

Como qualquer outro componente curricular, a Educação Física também pode enfrentar desafios e obstáculos no processo de ensino e aprendizagem, de trazer os estudantes para uma aula participativa, que seja significativa para estes. Portanto é necessário

levar o aluno a descobrir os motivos para praticar uma atividade física, favorecer o desenvolvimento de atitudes positivas para com a atividade física, levar à aprendizagem de comportamentos adequados na prática de uma atividade física, levar ao conhecimento, compreensão e análise de seu intelecto de todas as informações relacionadas às conquistas materiais e espirituais da cultura física, dirigir sua vontade e sua emoção para a prática e a apreciação do corpo em movimento (BETTI, 1992, p.286)

O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI) destaca o valor das brincadeiras na formação de saberes.

Nas brincadeiras, as crianças transformam os conhecimentos que já possuíam anteriormente em conceitos gerais com os quais brinca. Por exemplo, para assumir um determinado papel numa brincadeira, a criança deve conhecer algumas de suas características. Seus conhecimentos provêm da imitação de alguém ou de algo conhecido, de uma experiência vivida na família ou em outros ambientes, do relato de um colega ou de um adulto, de cenas assistidas na televisão, no cinema ou narradas em livros etc. A fonte de seus conhecimentos é múltipla, mas encontram-se ainda, fragmentados. É no ato de brincar que a criança estabelece os diferentes vínculos entre características do papel assumido, suas competências e as relações que possuem com outros papéis, tomando consciência disto e generalizando para outras situações (BRASIL, 1998, p. 83).

Aliado a esta postura, é imperativo aos docentes a busca de metodologias que possam alcançar estes objetivos. Entre uma das várias abordagens pedagógicas didáticas está o uso do lúdico como ferramenta instrumentalizadora do processo de ensino e aprendizagem.

O lúdico é caracterizado pela ação do brincar, do imaginar, da apropriação de jogos e brincadeiras pelas crianças, inventam e reinventam sua realidade e aprendem com ela. Desta forma, é um instrumento pedagógico imprescindível no ambiente escolar.

As brincadeiras e jogos podem ser adotadas pelos docentes da Educação Física, bem como de outros componentes curriculares, para trazer a participação dos educandos, tornando o processo de ensino aprendizagem uma prática prazerosa.

É no espaço de atuação do lúdico que a criança aprende, aprende a imitar o seu contexto, assim aprende e cria sua própria interpretação de mundo, bem como o desenvolvimento cognitivo e de habilidades. Portanto, o lúdico facilita a aprendizagem, o desenvolvimento pessoal, social e cultural.

Reforçando esta percepção sobre o lúdico e o desenvolvimento, Dallabona e Mendes (2004) argumentam que o lúdico permite o desenvolvimento global e uma visão de mundo real, que se dá por meio de descobertas e criatividade imaginativa, bem como analisar, refletir e transformar o seu contexto.

A práxis docente dos docentes de Educação Física deve estar calcada na formação de aprendizagens significativas, isto é, dialogando com a realidade social, cultural e política dos estudantes, e ainda pode ser baseada em atividades

lúdicas, seja o uso de brincadeiras, brinquedos ou jogos para se alcançar os objetivos propostos no planejamento didático, permitindo que os estudantes se interessem pelas atividades e possam aprender e desenvolver diferentes expressões, entre elas a corporal.

Compreender que o lúdico é um recurso didático pedagógico imprescindível para o processo de ensino e aprendizagem, tanto por sua capacidade de desenvolvimento dos aspectos motores e cognitivos, a ludicidade não deve ser vista apenas como o ato de brincar, isto é, não é brincar por brincar, falando-se dentro do contexto escolar, é tratar o lúdico a partir de planejamento, objetivos e intencionalidade.

É importante refletir sobre a práxis pedagógica no qual o docente de Educação Física desenvolverá utilizando-se do lúdico como ferramenta mediadora do processo de ensino e aprendizagem, pois a prática docente exige reflexão antes, durante e após a regência em sala de aula. E é justamente esse processo de reflexão que permitira entender quais melhores caminhos para implementar a ludicidade de forma pedagógica.

### **Considerações finais**

O papel da Educação Física escolar é de extrema importância para o desenvolvimento motor e cognitivo dos estudantes, bem como o desenvolvimento de expressões corporais como linguagem e comunicação, além de promover o bem-estar e a valorização à saúde.

E para promover uma aula ativa, participativa e significativa é necessário que o professor de Educação Física pense sobre alcançar os objetivos traçados no plano de ensino. Para isto, é necessário refletir sobre metodologias didáticas para mediar o processo de ensino e aprendizagem.

Dentre as metodologias didáticas possíveis está o lúdico, seja na forma de brincadeiras, brinquedos, jogos ou até mesmo na imaginação. É por meio do lúdico que os estudantes inventam, reinventam, criam e aprendem sobre sua própria realidade, pois o lúdico é característica fundamental da criança. E pensar uma educação a partir da diferença e a partir da criança o lúdico surge como possibilidade didática na construção de conhecimentos, bem como no desenvolvimento de estruturas mentais e sociais.

Ficou evidente que as atividades lúdicas quando investidas pelo aspecto pedagógico são instrumentos didáticos bastante importantes para auxiliar o professor na complexa tarefa do ensino e aprendizagem.

Outro ponto a ser destaca é o papel docente neste processo. Não basta implementar o uso de jogos, brincadeiras ou brinquedos em sala de aula, é preciso que o professor tenha traçado objetivos a serem alcançados a partir da instrumentalização do lúdico. Portanto, é preciso reflexão de porquê e como fazer uma educação a partir do brincar.

O professor então assume o papel de mediador na educação lúdica, é ele que permitirá, juntamente com os alunos, a construção do conhecimento de forma ativa, bem como o desenvolvimento de habilidades.

## Referências

BETTI, M. Ensino de primeiro e segundo graus: Educação Física para quê? **Rev. Brasileira de Ciências do Esporte**, 13 (2), p. 282-287, 1992.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei 9.394 de dezembro de 1996. Brasília: MEC / SEF, 1996.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: Educação Física**/Secretaria de Educação Fundamental. Brasília, DF: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: educação física**. 3 ed. Brasília, DF: 2001

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular: Educação Infantil e Ensino Fundamental**. Brasília, DF: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2017.

CORRÉIA, Marcos Miranda. Jogos cooperativos perspectiva, possibilidades e desafios na Educação Física Escolar. **Rev. Bras, cienc. Esporte**. Campinas v. 27, n.2, p. 149-164, jan, 2006.

DALLABONA, S. R; MENDES, S. M.S. O lúdico na Educação Infantil: jogar, brincar, uma forma de educar. **Revista de divulgação técnico científica do ICPG**, vol. 1 n. 4 – jan-mar/2004.

DUPRAT, Rodrigo Mallit; BORTOLETO, Marcos Antônio Coelho. Educação Física escolar pedagogia e didática das atividades circenses. **Rev. Bras. Cienc. Esporte**. Campinas, v. 28, n.2, p. 171-189, jan, 2007.

HUIZINGA, J. **Homo Ludens**. 4 ed. São Paulo: Perspectiva, 1995.

KISHIMOTO, T M. **Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação**. 11 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

LIMA, T. C. S. D., MIOTO, R. C. T. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista Katálisis**, (10), 37-45. 2007.

SEVERINO, C. D; PORROZZI, R.A ludicidade aplicada à educação física: a prática nas escolas. **Revista Práxis**, ano II, n. 13, p. 51-58, jan. 2010.

ULASOWICZ, Carla; PEIXOTO, João Raimundo Pereira. **Conhecimentos conceituais e procedimentais na Educação Física escolar**: a importância atribuída pelo aluno. Revista Mackenzie de Educação Física e esporte – Ano 3, número 3, 2004.

VYGOTSKY, Lev Semynovich. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. São Paulo: Ícone, 1988.

## **CAPÍTULO 3- A IMPORTÂNCIA DA ATUAÇÃO PSICOPEDAGÓGICA NA ESCOLA PÚBLICA NO BRASIL**

**Mônica Soraia de Oliveira Costa**

Mestranda em Ciências da Educação pela World University Ecumenical. E-mail:

monica\_soraia82@hotmail.com

**Resumo:** O presente artigo expõe a importância da atuação psicopedagógica institucional nos diversos níveis de ensino da escola pública no Brasil. Com o propósito de refletir sobre os processos e avanços da aprendizagem através das orientações internas ou extraescolares. Durante o texto é possível conhecer a historicidade da Psicopedagogia, sua atuação nas instituições escolares públicas brasileiras, os desafios das escolas para garantir ensino de qualidade e as possíveis intervenções psicopedagógicas integradas às ações escolares para o êxito no processo de ensino aprendizagem. O texto foi escrito com base em diversas leituras e diferentes autores que são conhecedores do conteúdo abordado. A metodologia aqui aplicada foi um levantamento bibliográfico sobre os tópicos expostos e a busca por aperfeiçoamento no tema apresentado. No estudo também foi considerado as áreas do conhecimento que contribuíram e originaram a Psicopedagogia e seus locais de atuação na sociedade. A pesquisa bibliográfica revelou que o trabalho psicopedagógico oportuniza o desenvolvimento cognitivo do aluno, propondo tornar-se um sujeito mais consciente e ativo na busca pelo conhecimento. Assim é possível amenizar as dificuldades de aprendizagem criando meios eficazes e inovadores na perspectiva da construção do saber, pois essas dificuldades no âmbito escolar tornam-se um dos problemas mais impactante com o qual o educador e psicopedagogo lidam constantemente. Diante de tudo que foi exposto entende-se que a atuação psicopedagógica ao desenvolver seu trabalho na escola pública em parceria também com a família e sociedade garante a ampliação de estratégias que promovem novos conhecimentos e previne diversas dificuldades por meio das ações interventivas.

**Palavras-Chave:** Atuação psicopedagógica, aprendizagem, escolas públicas.

**Abstract:** This article exposes the importance of institutional psych pedagogical performance in the different levels of public-school education in Brazil. With the purpose of reflecting on the processes and advances of learning through internal or extracurricular orientations. During the text it is possible to know the historicity of psych pedagogical, its performance in the Brazilian public-school institutions, the challenges of schools to guarantee quality teaching and the possible psych pedagogical interventions integrated to the school actions for the success in the process of teaching learning. The text was written based on several readings and different authors who are knowledgeable about the content covered. The methodology applied here was a bibliographical survey on the topics exposed and the search for improvement in the theme presented. The study also considered the areas of knowledge that contributed and originated psych pedagogical and its places of action in society. The bibliographical research revealed that the psycho-pedagogical work facilitates the student's cognitive development, proposing to become a more conscious and active subject in the search for knowledge. Thus, it is possible to alleviate learning difficulties by creating effective and innovative means in the perspective of knowledge construction, because these difficulties in the school environment becomes one of the most impactful problems with which the educator and psycho-pedagogist deal constantly. In the light of all that has been exposed, it is understood that the psych pedagogical performance in developing its work in the public school would also appear with the family and society, guaranteeing the expansion of strategies that promote new knowledge and prevent various difficulties through the intervention actions.

**Keywords:** Psych pedagogical practice, learning, schools public.

## **1 INTRODUÇÃO**

O presente artigo tem como temática a importância da atuação psicopedagógica nas escolas públicas no Brasil. A escola contribui consideravelmente na formação do ser humano e apresenta como principal desafio a garantia de aprendizagem a todos os educandos. Nesse contexto a psicopedagogia vem auxiliar a prática educativa com um caráter preventivo e terapêutico no sentido de avaliar as dificuldades de aprendizagem e propor soluções dos problemas que interferem no processo de ensino-aprendizagem, uma vez que seu objeto são os sujeitos aprendente que apresentam dificuldades no processo de ensino aprendizagem.

Apresenta-se neste artigo um estudo teórico da atuação e da importância do psicopedagógico nas instituições escolares, com a finalidade de provocar reflexões relevantes acerca de sua habilidade em propor estratégias para diagnosticar, integrar e intervir dentro e fora do ambiente escolar.

Este trabalho tem como objetivo geral identificar as contribuições da psicopedagogia na vida dos alunos e professores no espaço escolar, com base nas teorias de Fernández (2001), Bossa (2007), Pain (1985) e demais teóricos. Procurou-se levantar informações sobre as ações da prática escolar que necessitam da intervenção psicopedagógica e assim buscar as possíveis soluções para os problemas de dificuldades de aprendizagem.

O artigo foi estruturado da seguinte forma: Inicia-se pela introdução trazendo informações sobre a temática, o primeiro tópico aborda a historicidade da Psicopedagogia, também sua presença no Brasil e nos ambientes escolares.

Em seguida, o segundo tópico destaca os desafios nas escolas públicas brasileiras, apontando o acesso e permanência e a qualidade do ensino. No terceiro tópico vem às contribuições do psicopedagogo, por meio das intervenções no ambiente escolar na visão de alguns teóricos como Oliveira (2009), Grassi (2009), Bossa (2007) etc.

Conclui-se que não se pode falar em solução dos problemas de aprendizagem encontrados nas escolas sem entender como cada sujeito aprende suas estruturas cognitivas e os aspectos sociais e emocionais que estão

interferindo na aprendizagem. E para realizar este estudo indica-se o trabalho da psicopedagogia como fonte de intervenção, uma vez que estudos científicos indicam que área psicopedagógica é a mais indicada para tratar as dificuldades de aprendizagem.

## **2. A HISTORICIDADE DA PSICOPEDAGOGIA**

A Psicopedagogia surgiu com o objetivo de investigar as causas predominantes sobre o processo do aprender ou não aprender que está presente em algumas crianças. Compreendia e aceitava-se como verdade absoluta que a criança já nascia pré-determinada a aprender. E assim, nenhum fator externo era “alvo” de pesquisas para que se compreendesse o desenvolvimento global da criança e seu processo de aprendizagem.

No século XIX, mais precisamente na Europa, surgem questões relevantes sobre o não aprender. Partindo dos pressupostos apresentados por médicos, pedagogos e psiquiatras. Dentre esses estudiosos destacam - se grandes nomes como Montessori, Decroly, Janine Meiry e George Marco. Elucidam por meio de grandes teorias as evidências que permeiam as inúmeras buscas por soluções para as dificuldades de aprendizagem e de relacionamentos no ambiente escolar.

Segundo Bossa (2011) a Psicopedagogia apresenta um “caráter” interdisciplinar que abrange a Pedagogia, a Psicanálise, a Psicologia, a Epistemologia, a Linguística e a Neuropsicologia, dentre outras áreas. No entanto, é preciso compreender que as diversas áreas do conhecimento demonstradas e que englobam a Psicopedagogia não são utilizadas de uma forma individualizada, mas coletivamente. Uma vez que o sujeito é um ser social e complexo este deve ser compreendido de uma maneira global.

Compreende-se que o indivíduo não está isolado de determinado grupo social, mas que o mesmo está inserido em diferentes meios que podem proporcionar avanço ou retrocesso em seu desenvolvimento e em seus processos de aprendizagem. Assim é necessário que se entenda o indivíduo em sua totalidade e não apenas por uma visão fragmentada de ser.

No século XIX, alguns educadores como Itard, Pereire, Pestalozzi e Seguin foram pioneiros em apresentar interesse pelo estudo dos problemas de aprendizagem. As pesquisas estavam mais direcionadas a problemas relacionados a deficiências sensoriais e mentais. Partindo dessas pesquisas e estudos em 1898, Édouard Claparède, famoso professor de Psicologia, juntamente com o Neurologista François Neville, introduziu na escola pública as “classes especiais”, destinadas as crianças com deficiência mental (MERY, 1985.p.8).

Conforme Mery (1985) surgiram os primeiros Centros Psicopedagógicos com o objetivo de integrar conhecimentos diversos da Psicologia, da Psicanálise e também da Pedagogia para solucionar determinados comportamentos inadequados das crianças perante a sociedade que ocorria tanto no espaço escolar como no ambiente familiar. Buscando por meio desses tratamentos adaptação positiva dessas crianças em seu meio de social.

Debesse (1948) a Pedagogia recebeu o termo curativa por ser de caráter terapêutico, onde visava uma forma de compreender as crianças e adolescentes que ficaram “isolados” da sociedade, mesmo demonstrando inteligência e grandes resultados no ambiente escolar. No entanto os comportamentos dos alunos não atendiam as expectativas.

Assim a Pedagogia Curativa que se fixava na França objetivava favorecer a readaptação pedagógica do aluno. Proporcionando ao indivíduo assimilar novos conhecimentos e ampliar sua capacidade cognitiva. Esse conceito se fixou no centro do que conhecemos hoje como Psicopedagogia. surgindo como uma nova área de atuação pedagógica visando uma identidade e requer uma formação mais complexa de nível interdisciplinar (onde sua essência está sugerida no termo Psicopedagogia).

Fernandes apud Bossa (2007) explicita que à medida que a Psicopedagogia vai apresentando evolução em seu processo de estruturação, percebe-se em evidencia que o objeto de estudo é o processo de aprendizagem no qual o sujeito encontra-se inserido. Assim é notório, que a maior preocupação da psicopedagogia, enquanto nova área, é a busca constante por respostas para essa concepção de aprendizagem. Uma vez que está centrada em fatores

biológicos que se interligam em disposições afetivas e intelectuais. Se esses fatores não ocorrem naturalmente provocam rupturas no desenvolvimento do sujeito com o meio.

## **2.1 PSICOPEDAGOGIA NO BRASIL**

A Psicopedagogia surge no Brasil, mas tem seu histórico centrado na Argentina. Em razão da grande proximidade geográfica e ao acesso fácil a literatura, principalmente pelo uso da língua. As práticas e ideias dos estudiosos Argentinos têm influenciados positivamente a Educação Brasileira.

Segundo Sampaio (2006) o Brasil recebeu importantes influências advindas tanto das pesquisas americanas, europeias e principalmente da Argentina. Por meio do Sul do País, percebeu-se a constante entrada de estudos vindo de Queirós, Jacob Feldman, Sara Pain, Alicia Fernandes e Jorge Visca que favoreceram os aspectos relacionados ao desenvolvimento nesta área pedagógica no País. Onde Visca foi um grande nome dentro os que contribuíram na ampliação da Psicopedagogia no Brasil.

De acordo com Fontes (2006) é exatamente na América do Sul que a Psicopedagogia ganha mais proporções em seu desenvolvimento centrado nas ideias literárias francesas. Apresentando um aspecto relativo mais as práticas do que a reflexão. O que dificultavam sua liberdade em tornar-se efetivamente um curso de graduação.

Rubinstein (2004) diz que em meados da década de 50, ainda do século passado, diversos profissionais engajados na área da educação, manifestavam total interesse no atendimento as diferentes dificuldades encontradas no processo de aprendizagem no âmbito escolar tanto de crianças como adolescentes. As contribuições desses profissionais correspondiam a medir e avaliar a deficiência cognitiva das crianças que apresentassem dificuldades na aprendizagem. As avaliações eram realizadas por meio de testes psicológicos.

Afirma Bossa (2004) que na década de 60, foi um período de grandes descobertas para os estudiosos psicopedagogos que demonstraram um olhar diferenciado na compreensão das dificuldades de aprendizagem escolar. Essas

transformações abriam um caminho de possibilidades para o entendimento sobre as possíveis causas dessas dificuldades estarem relacionadas à carência cultural presente na sociedade brasileira. Assim o processo de reeducação adaptativa passou a sofrer inúmeras modificações. Os fatores orgânicos continuavam a ser investigados como importantes neste processo de reconhecimento das dificuldades de aprendizagem do aluno. No entanto, passou a ser integrado a outros que indicavam ser o problema de aprendizagem algo decorrente de ações institucionais inadequadas e principalmente da presença de conflitos não solucionados etc.

A psicopedagogia deixou de limitar-se a prevenir o fracasso escolar e passou a procurar aperfeiçoar os processos de ensino e aprendizagem, possibilitando assim a produção de conhecimento. O sujeito da aprendizagem passou a ser entendido inserido num contexto, onde o olhar do Psicopedagogo considera a questão do aprendente a partir da compreensão das suas múltiplas dimensões: aspecto orgânico aspecto relacionado com a subjetividade, somando ao cenário sociocultural (RUBINSTEIN, 2004, p.75).

Anteriormente, a especialização em Psicopedagogia era ofertada nos institutos particulares, nas associações e por determinação de algumas pessoas e profissionais. Mas precisamente nos anos de 50 e 70, do século passado, ocorreu ampliação das diversas disciplinas cujo objetivo era focar nos processos de educação em Universidades, institutos responsáveis por pesquisas e em educação. Segundo Rubinstein (2004), no ano de 1968, a Lei nº5540, foi aprovada pelo Congresso Nacional, dando liberdade as Universidades e desde esse momento foram ofertados os cursos de Especialização Lato Sensu. Mas foi na década de 80(Séc.XX) que surgiram os cursos de Psicopedagogia.

De acordo com Fagali (2007) anteriormente foi implantando, o curso de Psicopedagogia na cidade de São Paulo, sendo realizado no Instituto Sedes Sapientiae. O curso já apresentava uma visão atualizada do que seria o sujeito da aprendizagem, o que já trazia em sua essência forte influencia da Psicopedagogia Argentina.

Finalizando a década de 90(Séc.XX) no Brasil, ocorreu um período evidenciado pelas contribuições teóricas e práticas de Psicopedagogos argentinos, espanhóis e também franceses. Nessa época teve muito destaque a Argentina Sara Pain e diversos outros autores que fortaleceram os estudos Psicopedagógicos.

Fernández (1990) contribuiu durante este período de transformações, evidenciando a importância da Psicanálise para o sujeito que aprende na Clínica Psicopedagógica e apresentou como também importante a abordagem nos aspectos familiares como fator para o entendimento dos problemas de aprendizagem.

## **2.2 PSICOPEDAGOGIA INSTITUCIONAL: AS CONTRIBUIÇÕES NO AMBIENTE ESCOLAR**

A Psicopedagogia Institucional além do espaço escolar apresenta-se no âmbito hospitalar, no empresarial ou em organizações assistenciais. No entanto, o enfoque será atribuído neste estudo a Psicopedagogia no contexto escolar. Pois é justamente neste local onde há grande necessidade de ações preventivas em relação à aprendizagem dos alunos. E a Psicopedagogia entra com sua função de prevenir os problemas que podem ocorrer durante o processo de aprendizagem e possivelmente evitar o fracasso escolar. De acordo com Oliveira (2009, p.39) a presença da Psicopedagogia no ambiente escolar, evidencia as inúmeras possibilidades de construção do conhecimento e assim valorizar os diversos meios de informações que permeiam a vida escolar.

A psicopedagogia institucional é um campo de estudo que vem se desenvolvendo como ação preventiva de muita importância, mas é vista como ameaçadora, pois tem por objetivo fortalecer a identidade do grupo e transformar a realidade escolar. Em muitos casos, o psicopedagogo poderá propor mudanças para que determinadas crianças aprendam, mas, infelizmente, muitos educadores resistem a essas mudanças e interpretam o que lhe foi dito como se não estivessem dando conta do papel que exercem (VERCELLI 2012, p.73).

Atualmente, as escolas atendem as crianças especiais e suas famílias. Portanto o Psicopedagogo tem um papel fundamental, de proporcionar possibilidades que garantam a inclusão. A escola é um local de todos, e, portanto a inclusão é fundamental (VERCELLI, 2012, p.73) Assim, toda a escola deverá assumir uma postura de busca e renovação, apoiando as estratégias propostas.

De acordo com Vercelli (2012, p.76) é necessário à colaboração constante do professor como um apoio ao Psicopedagogo. Pois é realizado um estudo psicopedagógico do grupo, mas precisa que haja ajuda de todos do ambiente escolar. Para que o aluno sinta-se entusiasmado no aprender é preciso muito empenho para auxiliar na integração deste aluno. E essa dedicação deve

surgir do professor e de todos que compartilham do ambiente que a criança esteja inserida.

Ao receber conhecimentos, o sujeito é incluído naturalmente pelo acesso a essas informações que são organizadas e coordenadas nos ambientes culturais e também simbólicos que propiciam a integração por meio da coletividade. Mas é preciso lembrar que ao entrar na escola, a criança já traz os seus conhecimentos prévios das vivências do meio familiar e isso deve “andar” ao lado dos novos conhecimentos.

Se sua história transcorreu sem maiores problemas, estará estruturando seu superego poderá deslocar sua pulsão a objetos socialmente valorizados, ou seja, estava pronto para a sublimação. A escola se beneficia e também, tem função importante nesse mecanismo, pois lhe fornece as bases necessárias, ou seja, coloca ao dispor da criança os objetos para os quais se deslocará a sua pulsão. A escola enfim, administra bem, mal etc. Esse mecanismo pulsional da criança. Se tudo ocorreu bem no desenvolvimento da criança estará estruturado o seu desejo de saber (BOSSA 2011, p.144).

Por esta razão a grande importância de um psicopedagogo institucional que assumirá a responsabilidade de transformação do contexto escolar. Aonde este profissional irá aos poucos fazendo intervenções necessárias para adequar toda escola no mesmo objetivo do processo de ensino-aprendizagem. Apresentando reflexões e métodos educativos que propiciarão meios de investigação para as causas dos problemas de aprendizagem.

Assim, o psicopedagogo deverá intervir por meio de ações que permitirá a mediação entre os alunos e seus objetos de conhecimentos, realizando um trabalho de aproximação das relações interpessoais e também estimular a aprendizagem e o desenvolvimento dos alunos com o objetivo de prevenir. Através da intervenção psicopedagógica acontece muitas contribuições importantes no processo educacional, apresentando novos elementos para o sujeito pensar e construir novos conhecimentos.

### **3. DESAFIOS DA ESCOLA PÚBLICA NO BRASIL**

Os principais desafios da escola pública brasileira podem ser classificados em três categorias: Acesso, Permanência e Qualidade do Ensino. Os tópicos a seguir demonstram uma sucinta descrição desses desafios. Não com o objetivo de buscar soluções, mas identificar os caminhos possíveis para os avanços na educação brasileira.

#### **3.1 Acesso e permanência no ambiente escolar**

Bruini (2016) propõe refletir sobre a educação brasileira com seus direitos e deveres, lembrando que durante o século XX foi exatamente o período que se iniciou a ampliação do ensino e escolarização no Brasil. No entanto, somente na década de 70 a 80 que ocorria de fato o ensino público. Mas foi ao longo dos anos que esses direitos foram reconhecidos por lei. Inicialmente pela Constituição Federal e pela LDBEN (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional). Vejamos a educação no contexto da Constituição Federal (1988 art.205 e 206):

Art.205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Art.206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I\_ Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola.

No final do século XX, o principal desafio da educação escolar pública brasileira era o acesso à escola por parte das crianças e adolescentes para quem a educação era obrigatória. Mas esse desafio foi vencido com grande êxito na década final do século XX. O número de alunos fora do ambiente escolar, hoje, é mínimo. No entanto, ainda é preciso muita luta para garantir a todos esse direito. Segundo a LDBEN (nº 9394/96):

Art.2º A educação dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Art3ºO ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I\_ Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola.

É notório que tanto a Constituição Federal como a LDBEN tem em seus textos a preocupação em garantir o acesso à educação como prioridade junto aos demais direitos do indivíduo. A sociedade ainda demonstra inúmeras

dificuldades em cumprir esses direitos devido à falta de informações das famílias ou de problemas sociais relacionados a espaços geográficos. Dificultando a chegada da educação a lugares de difícil acesso.

De acordo com Amélia Hamze (2015), todos são conscientes que a lei sozinha não pode mudar a realidade, mas apontar caminhos que orientam o cidadão e a sociedade a buscar seus direitos, oportunizando o cumprimento do que está nela estabelecido. E assim cumprir os objetivos da Constituição Federal e da LDBEN quando ressalta ser a educação um direito público subjetivo, o que evidencia o acesso ao ensino como sendo obrigatório e gratuito. E diante das autoridades responsáveis pela garantia desses direitos. A não realização dos mesmos poderá acarretar medidas cabíveis em relação ao poder público.

Garantir o acesso à educação é um dever da família e do Estado. Mas isso não ocorre de fato em muitas regiões brasileiras. Algumas crianças são levadas a trabalhar para ajudar no sustento da casa e por esta razão as famílias temendo perderem a possível renda que entram em suas casas, não incentivam seus filhos a se dedicarem aos estudos.

De acordo com o Portal Brasil (2009) as crianças tem direito à igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola. Esse acesso tornar-se um caminho viável para que as mesmas sejam integradas junto às garantias, muitas ideias e oportunidades que contribuem na conquista pelo respeito à liberdade e suas especificidades por meio de um conjunto de princípios que promovam sua adequação no ambiente educacional e social.

Bruini (2016) evidencia que na busca pela elevação do nível de escolaridade da população e aumentar a qualidade do ensino em todos os seus níveis, diminuir as desigualdades sociais e regionais da educação pública como também a democratização do ensino, o Brasil em janeiro de 2011 resolveu criar o Plano Nacional de Educação (PNE). E por meio deste plano promover campanha de Mobilização Social pela Educação, para que assim os diferentes segmentos sociais busquem o acesso e permanência do aluno na escola. Pois é a educação que proporcionará qualificação ao cidadão para o desenvolvimento do seu trabalho e para o exercício de sua cidadania perante a sociedade.

Na CONAE (2010) destacou-se o acesso à educação como um caminho inicialmente importante para a democratização do ensino, mas é preciso garantir que todos os que ingressam no ambiente escolar, recebam condições

necessárias para nela permanecer com êxito. Desta forma o processo de democratização nas escolas se concretizará através do acesso e permanência no processo educacional. O acesso e permanência destacam-se como aspectos essenciais da democratização e do direito à educação.

É absolutamente inaceitável falar de democratização se não houver garantias em acesso, permanência e qualidade do ensino no Brasil. E a escola pública principalmente por ter uma ampla procura por vagas em todos os níveis de ensino e com uma clientela formada por tantos aspectos culturais divergentes. É a educação em si deve apresentar possíveis condições para que o sujeito ao sair do ambiente escolar tenha conhecimento necessário para enfrentar as dificuldades existentes na sociedade atual. Diante desse contexto é importante desenvolver um trabalho eficiente dentro das escolas, tendo como foco as metas alinhadas ao PNE. Não há como ter um desenvolvimento coletivo se a escola tiver um plano de ensino desarticulado. O acesso à educação de qualidade como direito de todos, são metas estruturadas no Plano Nacional de Educação (PNE 2011-2020):

Meta 7\_Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem, de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o IDEB: 6,0 nos anos iniciais do ensino fundamental; 5,5 nos anos finais do ensino fundamental; 5,2 no ensino médio.

Observando o PNE e suas metas, percebe-se que a educação vai muito além do simples fato de matricular um aluno na sala de aula. É preciso pensar sobre cada aluno individualmente e coletivamente na tentativa de atingir as expectativas no que diz respeito à educação de qualidade como garantia para alcançar o que é esperado pelo IDEB (Índice de desenvolvimento da educação básica).

Segundo a LDBEN 9.394/96 art.1º. “A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais”. Assim podemos compreender a dimensão que o processo educativo, ou seja, garantir acesso à educação não está limitado apenas ao processo de matrícula, mas proporcionar permanência e qualificação para todos os aspectos da vida do sujeito. Pois a

educação não acontece somente na escola em sala de aula, mas perpassa os muros das instituições de ensino sistematizadas e formais.

### **3.2 Qualidade do Ensino**

Segundo a LDBEN/96, a educação escolar pública é dever do Estado, que promoverá a concretização dos padrões necessários para garantir a qualidade do ensino, onde serão estabelecidos em razão da diversidade e quantidade mínima, por aluno, os recursos essenciais ao desenvolvimento do processo de ensino aprendizagem (art.4IX). Mas para que o processo apresente um resultado satisfatório é importante à colaboração dos docentes junto à aprendizagem do aluno.

Assim, o Brasil passaria a buscar novas expectativas em relação ao cenário cultural e conquistar condições que proporcionem maior possibilidade de competitividade no cenário mundial. Por influência da reforma educacional implantada pela LDBEN/96, que objetivou a centralidade da educação como peça chave para ampliar a importância na esfera educacional e contribuir com o progresso do País.

A Constituição Federal (1988) evidencia que é necessário haver igualdade entre os seres humanos e preparação destes para a vida de forma íntegra:

Art.205 A Educação, direito de todos e dever do Estado e da família será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, CONSTITUIÇÃO, 1988, p.137).

De acordo com Bertoldo (2007) é necessário que para a educação atender as exigências nos processos produtivos novas ações sejam exigidas, principalmente a qualificação dos trabalhadores, apresentada como um requisito essencial para a conquista de um emprego.

Para que o Brasil conquiste um ensino público de qualidade é fundamental que tenha inúmeras possibilidades concretas e políticas públicas favoráveis à realidade social com o objetivo de garantir condições para que as crianças, jovens, e adultos sintam-se preparados para enfrentar as dificuldades e desafios da sociedade atual.

Defendendo firmemente que é preciso priorizar a educação, pois acredito ser de mulheres e homens livres e felizes que o Brasil precisa, caso queira romper o estigma do subdesenvolvimento e da miséria,

preparar-se para enfrentar as exigências do mundo moderno que a cada dia cresce, incorporando tecnologias e conhecimentos novos (ALCANTARA/LDB, 1996, P.5).

Ao longo dos últimos anos, a sociedade brasileira com o apoio do Ministério da Educação busca ampliar e transformar o sistema educacional. Visando melhorar relevantemente a qualidade do ensino, com o intuito de enfrentar todos os desafios do mundo atual que se apresenta em constante transformação.

O Governo Federal apresentou ao ensino duas importantes políticas: Os PCN's (Parâmetros Curriculares Nacionais) e o SAEB (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica). Os PCN's orientam o processo de ampliação de conteúdos e metodologias que auxiliam a prática do professor e a melhoria do Ensino no Brasil.

Não é possível falar sobre qualidade no ensino sem políticas de grande importância para ampliação e qualificação dos profissionais do magistério. É necessário realizar avaliações com alunos e professores na perspectiva de diagnosticar dificuldades que possam repercutir no ambiente escolar negativamente. E nesse aspecto a valorização do profissional é essencial para o andamento e o bom funcionamento de uma educação pública de qualidade.

PCN's (2001) evidencia em sua 3ª edição, que seu objetivo é ajudar na realização do trabalho ampliando o esforço diário de levar o educando a apropriar-se de conhecimentos necessários para seu desenvolvimento como cidadão ativo e consciente de seu papel na sociedade.

Segundo a Constituição Federal (1988) e na LDB/96 em 24 de abril de 2007, o então presidente na época Luiz Inácio Lula da Silva tornou público um decreto que tem o objetivo de unificar esforços em benefício da melhoria da qualidade da educação básica. Em sequência foi lançado o Plano de Desenvolvimento Escolar (PDE).

Todas as diretrizes são de grande importância, porém, vale salientar a formação ética, a colaboração do Projeto político-pedagógico, o acompanhamento e a avaliação de todos nas políticas públicas na área da educação e o reconhecimento do profissional da educação a fim de garantir o prosseguimento das ações que se efetivam, para que a educação de qualidade seja implantada em nosso país.

Portanto, para que haja melhor qualidade na educação, faz-se necessário que esta possa ultrapassar alguns obstáculos a fim de proporcionar a transformação social, a igualdade e a importância de cada um na formação coletiva.

## **4. AS CONTRIBUIÇÕES DO PSICOPEDAGOGO NA ESCOLA PÚBLICA**

### **4.1 Intervenções na Educação Infantil**

De acordo o RCNEI (1998) atendendo a algumas determinações da LDBEN/96 apresenta a Educação Infantil, como a primeira etapa da educação básica. Assim, é essencial que se perceba a necessidade de um ensino de qualidade nesta etapa tão importante na vida dos sujeitos.

A educação infantil é considerada a primeira etapa da educação básica (Título Capítulo II, Seção II art.29), tendo como finalidade o desenvolvimento das crianças de até 6 anos de idade. O texto legal marca ainda a complementariedade entre as instituições e família (RCNEI apud LDBEN/96).

Para um desenvolvimento coerente com o esperado para esta etapa da vida é importante; compreender, conhecer e reconhecer o jeito particular de cada criança e do seu meio de convivência social e familiar. É preciso que os recursos e os profissionais responsáveis pela educação infantil estejam devidamente preparados para lidar com todos os desafios que perpetuam o público infantil. Segundo Bossa (1994, p.23):

[...] cabe ao psicopedagogo perceber eventuais perturbações no processo de aprendizagem, participar da dinâmica da comunidade educativa, favorecendo a integração, promovendo orientações metodológicas de acordo com as características e particularidades dos indivíduos do grupo. Realizando processos de orientações já que no caráter existencial, o psicopedagogo participa de equipes responsáveis pela elaboração de planos e projetos no contexto teórico/prático das políticas educacionais fazendo com que diretores e coordenadores possam repensar o papel da escola frente a sua docência e as necessidades individuais de aprendizagem da criança, ou da própria ensinagem.

Observando a declaração de Bossa, percebe-se a grande importância da atuação psicopedagógica, visto que será responsável por interagir com a equipe escolar, na expectativa de mediar, ou seja, além de compreender a escola como um todo objetiva incluir todos os participantes do ambiente, como sujeitos

responsáveis pelo desenvolvimento das crianças. A ação psicopedagógica oportuniza as relações interpessoais, a ampliação dos vínculos escolares, na superação dos obstáculos encontrados pelos alunos no processo de ensino aprendizagem. O psicopedagogo tem papel importante nos diálogos e estudos dos professores fazendo com que os mesmos repensem sua prática e assim possam adequá-la para atender as especificidades das crianças.

De acordo com Rubinstein (1996, p.127) a ação psicopedagógica entra em cena com o objetivo de compreender, estudar e pesquisar a aprendizagem em seus aspectos direcionados ao desenvolvimento e as dificuldades de aprendizagem. Pois a aprendizagem é compreendida como um processo de construção, onde surgem questionamentos, hipóteses, reformulações e dinamismo. O psicopedagogo buscará então compreender os complexos fatores envolvidos no processo de ensino aprendizagem. E assim, diagnosticar níveis de aprendizagem e as possíveis possibilidades de aprender em suas diversas formas. Para Santos (2010.p.1):

Por meio de atividades lúdicas, o psicopedagogo utilizará metodologias eficazes na etapa da educação infantil. Pois por meio do lúdico, a criança poderá brincar representar teatralmente, produzir textos, contar e recontar histórias jogos com objetivos, que oportunizarão que a criança vença os desafios, construindo com erros e acertos, e dessa forma o psicopedagogo poderá intervir com o propósito de novas soluções.

É compreensível que após o levantamento de hipóteses, o psicopedagogo interpreta o que foi observado de uma forma minuciosa, para que a partir dessa observação seja iniciada uma possível intervenção. Através da intervenção o psicopedagogo objetiva estimular o pensamento, costumes e decisões, realizando uma preparação para o desenvolvimento da educação infantil até a fase adulta.

O psicopedagogo ao realizar a intervenção na Educação Infantil, busca um olhar diferenciado por ser relacionado a crianças muito pequenas e que necessitam do lúdico em suas atividades diárias. Considerando o que diz Weiss (2004, p.73):

Com crianças é indicado um diagnóstico de forma lúdica, onde são utilizados, principalmente, jogos, brinquedos e objetos diversos para auxiliar na representação. É interessante proporcionar espaços lúdicos nas diferentes sessões, alterando com situações formalizadas de testagem e de avaliação pedagógica. Essa alternativa dependerá de cada caso em particular. Já os adolescentes apreciam o uso de jogos de regras, em que possam brincar e ao mesmo tempo desafiar o

psicopedagogo, por isso é interessante separar jogos que exijam bastante raciocínio, atenção, antecipação de situações e diferentes estratégias.

A autora aponta a necessidade do lúdico na intervenção psicopedagógica na educação infantil e demonstra serem ações que acontecem positivamente sobre as dificuldades da criança. É bastante necessário pensar sobre a intervenção psicopedagógica na Educação Infantil como recursos que podem buscar estratégias lúdicas para dinamizar e ampliar o trabalho a ser desenvolvido e construído dentro do processo de desenvolvimento infantil.

#### **4.2 Intervenções no Ensino Fundamental**

O ensino fundamental obrigatório e gratuito previsto no artigo 208 da Constituição Federal tem a duração de nove anos, gratuito para todos sem distinção nas escolas públicas, objetivando a formação básica do cidadão. Inicia-se aos seis anos de idade, com o ingresso no primeiro ano. O fornecimento deste ensino é prioridade da população brasileira.

De acordo com Beclaur (2004), o papel do psicopedagogo está direcionado a detectar, prevenir e intervir nas dificuldades de aprendizagem na perspectiva de conhecê-los e respeitar seus potenciais e especificidades, preparando-os para serem acompanhados quando necessário por outros profissionais como psicólogo, fonoaudiólogo, neurologista etc.

O psicopedagogo deverá atuar nos anos iniciais com a mesma dedicação que orienta na Educação Infantil. Preparando relatórios e exames complementares que favoreçam o desenvolvimento dos alunos e facilite a aquisição do saber. Os desafios que surgem para o Psicopedagogo no ambiente escolar se integram de modo significativo.

Neste contexto, o psicopedagogo institucional, como um profissional qualificado, está apto a trabalhar na área da educação, dando assistência aos professores e a outros profissionais da instituição escolar para melhoria das condições do processo ensino aprendizagem, em como para prevenção dos problemas de aprendizagem. Por meio de técnicas e métodos próprios, o psicopedagogo possibilita uma intervenção psicopedagógica visando à solução de problemas de aprendizagem em espaços institucionais. Elege a metodologia e/ou a forma de intervenção com o objetivo de facilitar e/ou desobstruir tal processo (BEUCLAIR, 2004, p. 65).

Para Scoz (1992) evidências demonstram que há um grande número de alunos que apresentam dificuldades em seu processo de aprendizagem o que

desperta a atenção educacional diferenciada. A presença do psicopedagogo no ambiente escolar desde o início do ano letivo junto aos alunos que estão passando pela transição de Educação Infantil para os anos iniciais poderá contribuir por meio da integração entre educador e educando. Atuando também como orientador junto às diversas teorias das áreas do conhecimento presente nos currículos das escolas públicas no Brasil.

O apoio do psicopedagogo com suas experiências em intervenção aproximam-se ao professor em um processo de parceria, possibilitando novas informações e conhecimentos para a prática pedagógica. A atuação psicopedagógica nos anos iniciais é enriquecedora na proporção que estará presente também nas reuniões com os pais, esclarecendo o desenvolvimento da criança, avaliando todo o processo metodológico na escola como todas as relações pessoais professor e aluno, aluno e aluno, vindo de outras escolas, sugerindo atividades, buscando estratégias e apoio.

Segundo Scoz (1992, p.34) o psicopedagogo está preparado para apoiar o trabalho dos educadores realizando atendimentos pedagógicos individuais, compreendendo os problemas que surgirem na sala de aula, apontando alternativas de ação e técnicas que podem intervir nos distúrbios de aprendizagem de alguns grupos de alunos.

Bossa (2000) propõe três níveis de intervenções psicopedagógica: no primeiro nível, o psicopedagogo atuaria junto aos processos educativos visando evitar os possíveis problemas de aprendizagem. No segundo nível é indicado tratar e diminuir os problemas de aprendizagem. No terceiro, consiste na eliminação dos transtornos que já se encontram instalados.

Atuando diariamente na escola o psicopedagogo poderá fazer um trabalho entre os profissionais da instituição. Objetivando o desenvolvimento da criança, assim poderá contribuir com o aprendizado de vários alunos com diferentes dificuldades. A atuação psicopedagógica proporcionará o desenvolvimento e a evolução de ações que promovam um mundo com melhores condições para toda sociedade. Nesse sentido a psicopedagogia na escola principalmente nos anos iniciais tem papel fundamental na difusão do saber e na construção saudável de conhecimento entre todos que atuam direta ou indiretamente na educação daquela instituição. Por meio de estratégias psicopedagógica é possível ampliar

a motivação profissional e buscar possíveis soluções para determinados problemas no ambiente escolar.

Para Benzoni (2011) a instituição (diretor, agentes administrativos, professores, secretários, coordenadores) não deve ver o psicopedagogo como alguém que aponta erros, como uma ameaça como um suporte a mais que poderá apoiar todo o processo de ensino. Para um desenvolvimento eficaz é importante que a escola esteja aberta as mudanças propostas no trabalho de psicopedagógico.

O papel do Psicopedagogo no Ensino Fundamental vai além do diagnóstico é necessária uma leitura da totalidade. Essa leitura se refere desde a construção ou reconstrução do projeto pedagógico, até a intervenção propriamente dita. Weiss (2003, p.27) “todo diagnóstico psicopedagógico é em si, uma investigação, é uma pesquisa do que não vai bem com o sujeito em relação a uma conduta esperada”.

Portanto, o trabalho só terá êxito se todos cooperarem e se dedicarem em um mesmo objetivo de solucionar as dificuldades de aprendizagem dos alunos. Propondo resolver os conflitos existentes e os que ainda poderão se apresentar no ambiente escolar. Desta forma o papel do psicopedagogo vai ser “solucionar” alguns problemas na aprendizagem. Intervindo de forma precisa sobre a escola, o aluno e sua família tendo como instrumentos pedagógicos entrevistas, provas operatórias e materiais pedagógicos em geral.

## **5. METODOLOGIA**

O presente artigo evidencia uma pesquisa bibliográfica. Onde foram realizadas constantes leituras de acordo com a temática, seus tópicos e subtópicos, na perspectiva de coletar o máximo de informações pertinentes. A pesquisa teve como base livros, artigos, sites e revistas científicas que evidenciam o tema abordado. O objetivo do estudo é aproximar em maior proporção possível, o pesquisador e os demais interessados neste tema em maior difusão para acesso as informações coerentes. “O intuito da pesquisa bibliográfica é colocar o cientista em contato com o que foi produzido

anteriormente ou atualmente em termos de informações sobre o conteúdo abordado (LAKATOS e MARCONI, 1996)".

Acredita-se ter absorvido as mais relevantes e coerentes informações sobre a referida temática. E de uma forma positiva ter alcançado amplamente o objetivo proposto de buscar os conhecimentos necessários e eficazes para compreensão sobre o tema em questão.

Para Cervo e Bervian (1976, p.69) qualquer tipo de pesquisa em diferentes áreas do conhecimento, supõe e exige pesquisa bibliográfica prévia, quer para o levantamento da situação em questão, quer para a fundamentação teórica ou ainda para justificar os limites e contribuições da própria pesquisa.

Assim, afirmam que a pesquisa bibliográfica é um excelente meio de informação e juntamente com resumos de assuntos ou revisão de literatura, constitui geralmente o primeiro passo da pesquisa.

## **6. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS**

A psicopedagogia assumiu uma forma organizada de desenvolver seu trabalho, passando a atuar de forma preventiva na tentativa de evitar as dificuldades de aprendizagem. Assim, evidencia-se a importância de atuação psicopedagógica nas instituições.

Nogueira e Leal (2011, p.40) afirmam que a preocupação da psicopedagogia é prevenir os problemas de aprendizagem nas escolas, proporcionando ações psicopedagógicas voltadas para o ensino e não somente para o processo de aprendizagem, na perspectiva de evitar a evolução de possíveis problemas de aprendizagem.

Para Bossa (2007, p.14) é função de o psicopedagogo saber como se desenvolve o sujeito, como ocorrem suas transformações nas diversas etapas da sua vida, quais os recursos de conhecimento de que ele dispõe e a forma pela qual produz conhecimento e aprende.

Segundo Oliveira (2009, p.41) a atuação psicopedagógica proporciona nas instituições escolares a compreensão dos processos vigentes ligados à aprendizagem de um determinado grupo de alunos ou da dinâmica de integração existente na instituição, presentes nas ideias, padrões de comportamentos,

constituindo-se em materiais organizados socialmente reconhecidos que contribui na integração coletiva da sociedade.

Fernández (2001, p.36) “a psicopedagogia dirige-se a relação entre a modalidade orientadora da escola e a modalidade de aprendizagem de cada aluno e a este como aprendiz”. Assim, a atuação psicopedagógica passou a focar não somente os alunos no processo, mas os professores no mesmo.

Para Grassi (2009, p.31) a psicopedagogia tem como preocupação a realidade escolar e as dificuldades que existem em diversos momentos e contextos. São vários os fatores que permeiam a atmosfera escolar e pode provocar problemas de aprendizagem. São muitos os desafios que surgem para o psicopedagogo dentro das instituições escolares. Por isso é necessário à presença desse profissional para promover avanços dentro e fora do espaço escolar em termo de aprendizagem.

Diante do que foi exposta, a atuação da psicopedagogia no ambiente escolar é primordial como um papel importante e abrangente, pois procura entender todos os processos de aprendizagem que acontecem nas escolas, com os alunos e as dificuldades encontradas pelos professores que estão envolvidos no contexto das escolas.

## **7. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Diante de todas as informações contidas nesse estudo pode-se concluir que a atuação psicopedagógica nas escolas públicas é essencial e de grande relevância para promover uma aprendizagem de qualidade.

Entretanto, cabe compreender que para que ocorra satisfatoriamente este processo significativo de aprendizagem é preciso desenvolver ações relacionadas com o contexto na qual o aluno está inserido. É preciso que o psicopedagogo seja atuante diante das dificuldades de aprendizagem.

Vale considerar que a atuação psicopedagógica no ambiente escolar, propicia importantes intervenções significativas que norteiam aspectos fundamentais para a prática educativa e o desenvolvimento dos alunos.

Com isso, os educadores em parceria com o psicopedagogo devem cooperar em estratégias necessárias de acordo com o nível de desenvolvimento,

oferecendo atividades de qualidade que estimule as interações sociais, um ambiente enriquecedor onde a aprendizagem seja significativa.

É importante ressaltar que o psicopedagogo não busca anular a identidade do educador no espaço escolar, mas criar possibilidades de promoção do ensino aprendizagem. Pois é perceptível que a atuação psicopedagógica favorece positivamente nas escolas. Contribui com o processo do aprender e não aprender, diagnosticando, interagindo e intervindo na construção do conhecimento de mundo e do processo da aprendizagem escolar.

## 8. REFERÊNCIAS

BOSSA, Nádia. **A Psicopedagogia no Brasil**: contribuições a partir da prática. 2ªed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

**BRASIL. Constituição. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado, 1988.**

BRASIL. **Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1996.

\_\_\_\_\_. **Parâmetros curriculares nacionais**: introdução aos parâmetros curriculares nacionais /Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1997.126p.

\_\_\_\_\_. **Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil**. Brasília, MEC/SEF, 1998. Vol. I, Vol. II.

**BRUINI, Eliane da Costa. "Educação no Brasil"; Brasil Escola. Disponível em**

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro A. **Metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Makron Books, 2002.

**DEBESSE, Maurice. *As fases da Educação*. São Paulo: Nacional / USP, 1948.**

**FAGALI, E; VALE, Z. *Psicopedagogia Institucional Aplicada: a aprendizagem escolar dinâmica e construção na sala de aula*. 7. Ed. São Paulo: Vozes,**

**MERY, Janine. *Pedagogia Curativa escolar e Psicanálise*. Porto Alegre: Artmed, 1985.**

OLIVEIRA, M. Â. C. **Psicopedagogia: a instituição educacional em foco**. Curitiba: IBPEX, 2009.

OLIVEIRA, Zilma Ramos (2002). **Educação infantil: Fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez Editora

**RUBINSTEIN, Edith. *A especificidade do diagnóstico psicopedagógico*. In: *Atuação pedagógica e aprendizagem escolar*, Petrópolis, Vozes, 2006.**

SANTOS, Maria Angélica Bernardes. **Psicopedagogia: um olhar diferente sobre a aprendizagem e a dificuldade de aprendizagem**, 2010. **Disponível em:**<<http://espaopsicopedagogico.blogspot.com>>>. **Acesso em 16 dez.2014.**

**SCOZ, Beatriz; BARONE, Leda M.C. (s/d) - *A Associação Brasileira de Psicopedagogia e a constituição da Psicopedagogia no Brasil*.**

**SILVA, M. *Psicopedagogia: em busca de uma fundamentação teórica*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira 1998.**

## **CAPÍTULO 4- POR UMA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DE QUALIDADE, AFETIVA E HUMANIZADA**

**Marinalva Cavalcante de Lima**

Mestranda em Ciências da Educação pela World University Ecumenical. Professora da Rede Estadual e Municipal de Ensino do RN. E-mail: marincavalcante.cdl@gmail.com

**Resumo:** O presente estudo tem como objetivo ressaltar como é caracterizada a educação de qualidade e a relevância do trabalho docente na modalidade da Educação de Jovens e Adultos (EJA) como promotor dessa educação tão necessária na sociedade. Além disso, são enfatizados alguns fatores relacionados à prática docente com essa modalidade, bem como alguns aspectos do comportamento e características dos alunos que frequentam as turmas da EJA. O estudo foi realizado por meio de pesquisa bibliográfica e mostrou a necessidade de uma postura e metodologias que rompam com as práticas tradicionais de ensino. Tal postura é fundamental em uma relação de valorização das histórias dos alunos dessa modalidade e de elevação da autoestima desses sujeitos para que possam superar suas dificuldades e permanecer na escola. Além disso, se faz necessário que o docente tenha uma postura de acolhimento para motivar a aprendizagem e a constante frequência desses discentes ao ambiente escolar. Os estudantes necessitam que as instituições escolares sejam espaços de acolhimento e compreender que a educação é um instrumento de transformação e participação da realidade social.

**Palavras-chave:** Educação de Jovens e Adultos, educação de qualidade, professores, alunos.

**Abstract:** This study intends to highlight how quality education is characterized and the relevance of teaching work in the Youth and Adult Education (EJA) modality as a promoter of this education that is so necessary in society. Furthermore, some factors related to teaching practice with this modality are emphasized, as well as some aspects of the behavior and some characteristics of students who attend EJA classes. The study was carried out through bibliographical research and showed the need for an attitude and methodologies that break with traditional teaching practices. This stance is fundamental in a relationship that values the stories of students in this modality and raises the self-esteem of these individuals so that they can overcome their difficulties and remain at school. Furthermore, it is necessary for the teacher to have a welcoming attitude to motivate learning and the constant attendance of these students in the school environment. Students need school institutions to be welcoming spaces and understand that education is an instrument of transformation and participation in social reality.

**Keywords:** Youth and Adult Education, quality education, teachers, students.

### **INTRODUÇÃO**

A educação é um direito garantido em lei para todos, contudo muitas pessoas, pelos mais variados motivos, não conseguem concluir a formação de nível básico no tempo previsto nos documentos que regulamentam a educação nacional e, assim, passam a frequentar turmas destinadas a todos que estejam fora dessas faixas etárias. Essas pessoas frequentam as salas de aula da EJA.

A educação de jovens e adultos apresenta muitas peculiaridades e, para atender suas necessidades educacionais, é necessário ter múltiplos olhares para

as individualidades e acolhimento para que todos aprendam e permaneçam no ambiente escolar.

A escola necessita ser um espaço acolhedor e a educação deve ser entendida como o principal instrumento de transformação e participação na sociedade. O educador necessita partir das vivências e contextos dos alunos para tornar o ensino e a aprendizagem significativos e ter um bom relacionamento com respeito e autoridade com seus alunos.

O estudo partiu do seguinte questionamento: como se caracteriza a educação de qualidade na EJA? O estudo é caracterizado como uma pesquisa qualitativa e foi realizado por meio de pesquisa bibliográfica e documental em livros e recursos virtuais.

## **A EDUCAÇÃO DE QUALIDADE**

Há muito tempo se busca uma educação pública de qualidade que atenda a todos, nos mais variados contextos e que mude a realidade social das pessoas. Mas como é caracterizada a educação de qualidade? Para Gadotti (2013, p. 1), a qualidade da educação deve estar pautada na perspectiva social. De acordo com esse autor, “falar em qualidade social da educação é falar de uma nova qualidade, onde se acentua o aspecto social, cultural e ambiental da educação, em que se valoriza não só o conhecimento simbólico, mas também o sensível e o técnico”. Uma educação de qualidade é pensada para muito além do saber teórico; envolve o ser humano em suas muitas dimensões e seu contexto de vivência.

Numa sociedade organizada, espera-se que a educação, como prática institucionalizada, contribua para a integração dos homens no tríplice universo das práticas que tecem sua existência histórica concreta: no universo do trabalho, âmbito da produção material e das relações econômicas; no universo da sociabilidade, âmbito das relações políticas, e no universo da cultura simbólica, âmbito da consciência pessoal, da subjetividade e das relações intencionais (Severino, 2012, p. 161).

A oferta de uma educação pública de qualidade é o principal meio de mudança na sociedade de forma a atender às necessidades do coletivo para uma vida com iguais oportunidades e bem-estar da coletividade.

Quando falamos de educação já não discutimos se ela é ou não necessária. Parece óbvio, para todos, que ela é necessária para a conquista da liberdade de cada um e o seu exercício da cidadania, para o trabalho, para tornar as pessoas mais autônomas e mais felizes. A educação é necessária para a sobrevivência do ser humano. Para que ele não precise inventar tudo de novo, necessita apropriar-se da cultura, do que a humanidade já produziu. Se isso era importante no passado, hoje é ainda mais decisivo, numa sociedade baseada no conhecimento (Gadotti, 2009, p. 17).

Na introdução do livro *Construção coletiva: contribuições à educação de jovens e adultos*, publicado pela UNESCO, MEC e RAAAB, são elencados os quatro principais motivos para compreender por que a educação pública de qualidade promove mudanças efetivas na sociedade:

A educação pública de qualidade é uma das principais vias para construção de uma sociedade mais justa, solidária e democrática. Nesse sentido, constitui-se em uma poderosa ferramenta para a mudança social. Em primeiro lugar, porque a educação é o elemento fundamental para o desenvolvimento pessoal e para a realização da vocação de ser humano. Segundo, porque é o caminho para formar pessoas sensíveis para as questões que afetam a todos e a grupos minoritários, para a prática da liberdade e para o exercício da cidadania. Terceiro, porque é uma das vias para a ampliação do processo produtivo e desenvolvimento tecnológico do país. Quarto, porque é o caminho para a mobilização social, sem a qual as mudanças não se viabilizam, a modernização não distribui seus frutos e não se superam as desigualdades e a exclusão (MEC; RAAAB, 2005, p. 11).

Para atender às necessidades de uma sociedade democrática, mais justa e voltada para o desenvolvimento do homem por completo, a educação necessita romper com uma prática centrada apenas na transmissão do conteúdo didático, pois é necessário conhecer o aluno, seu contexto, suas dificuldades e potencialidades; é necessário haver uma visão humana e afetiva do ensino.

A tradicional valorização da dimensão cognitiva em detrimento da afetiva, na trajetória do pensamento e do conhecimento humano, e a visão dualista do homem enquanto corpo/mente, matéria/espírito, afeto/cognição têm dificultado a compreensão das relações entre ensino e aprendizagem e da própria totalidade do ser, limitando o processo de formação de estudantes de vários níveis de escolaridade (Veras; Ferreira, 2010, p. 220).

Nessa perspectiva, Severino (2012) defende que a educação não pode ser concebida apenas como um processo institucional, mas como um investimento formativo do ser humano, tanto na relação pedagógica pessoal, quanto no âmbito da relação social coletiva. Para Severino (2012), as intervenções educacionais não podem ser pensadas apenas para habilidades técnicas, mas para uma formação de uma personalidade integral, com ações sistematizadas e intencionais na construção da humanização. E para isso é necessário um bom relacionamento entre docentes e educandos em todas as modalidades de ensino e em especial na EJA, que apresenta elevados números de evasão.

## **O TRABALHO PEDAGÓGICO COM ALUNOS DA EJA**

Muitos jovens e adultos sentem vergonha em frequentar a escola na modalidade de ensino para jovens e adultos. Outros acreditam que passou o seu tempo de estudar, que são velhos demais para isso. Ainda existe preconceito acerca dessa modalidade por quem não tem compreensão dos vários motivos que levam as pessoas a não estudarem na idade considerada adequada, e algumas vezes são os próprios alunos que sentem vergonha e apresentam sentimento de inferioridade.

Os alunos que frequentam as turmas da EJA são marcados por histórias que geralmente apresentam muitas dificuldades e limitações de vários aspectos, necessitando de uma educação humanizada e afetuosa, com inclusão e valorização da história de cada estudante. Nesse cenário, o professor tem papel central na motivação e permanência desses alunos no ambiente escolar:

os alunos da modalidade de ensino aqui abordada possuem trajetórias escolares marcadas pela exclusão, e em muitos casos sentem-se envergonhados por esta condição vivenciada, de ter interrompido os estudos ou, ainda, de estar na escola em um momento considerado por eles "tarde". Além disso, se preocupam muito com o novo, com as descobertas, sentem receio de falar em público, de errar, e até mesmo de não ter a atenção esperada. Neste contexto é válido ressaltar a importância de uma atuação por parte do professor que valorize não apenas o aspecto cognitivo, mas também o afetivo, para que mostre ao aluno que ele é aceito independente de suas condições de vida e deve, portanto, confiar no seu potencial de aprender e conduzir seu aprendizado (Goes; Cardeal, 2019, p. 4).

O trabalho pedagógico com a modalidade de ensino EJA requer um olhar afetivo para as individualidades de cada aluno; é necessário haver conversas, apoio e incentivo para entender as dificuldades de cada aluno e poder utilizar diferentes estratégias para alcançar o desenvolvimento em sua aprendizagem e prosseguimento nos estudos.

Os autores Costa, Álvares, Barreto (2006) ressaltam que o professor necessita conhecer seus alunos, demonstrar que se importa com cada um, e valorizar os saberes e potenciais desses alunos, pois muitos têm vergonha de não terem estudado quando mais jovens, acreditam que não sabem muita coisa sobre os conteúdos escolares e por isso se acham incapazes de contribuir com a aula e a aprendizagem dos colegas de turma.

Uma característica frequente do(a) aluno(a) é sua baixa autoestima, muitas vezes reforçada pelas situações de fracasso escolar. A sua eventual passagem pela escola, muitas vezes, foi marcada pela exclusão e/ou pelo insucesso escolar. Com um desempenho pedagógico anterior comprometido, esse aluno volta à sala de aula revelando uma autoimagem fragilizada, expressando sentimentos de insegurança e de desvalorização pessoal frente aos novos desafios que se impõem (Costa; Álvares; Barreto, 2006, p. 16).

O professor tem papel importante em elevar a autoestima desses alunos, e isso ocorre principalmente pela valorização da história de cada um, na valorização de seus saberes e contextos em que estão inseridos.

O meu respeito de professor à pessoa do educando, à sua curiosidade, à sua timidez, que não devo agravar com procedimentos inibidores exige de mim o cultivo da humildade e da tolerância. Como posso respeitar a curiosidade do educando se, carente de humildade e da real compreensão do papel da ignorância na busca do saber, temo revelar o meu desconhecimento? Como ser educador, sobretudo numa perspectiva progressista, sem aprender, com maior ou menor esforço, a conviver com os diferentes? Como ser educador, se não desenvolvo em mim a indispensável amorosidade aos educandos com quem me comprometo e ao próprio processo formador de que sou parte? (Freire, 1996, p. 27).

Barreto (2005) enfatiza que os alunos jovens e adultos, mesmo que nunca tenham frequentado uma instituição escolar, já possuem pressupostos acerca da importância da escola, dos conteúdos ministrados, como ocorre o processo de ensino-aprendizagem, e como o conhecimento escolar pode contribuir para sua vida. Muitos dos alunos da EJA esperam adquirir informações de contextos

distantes do seu, com nomenclaturas desconhecidas; para muitos deles, na sala de aula apenas o professor tem o conhecimento; e existe a crença de que a aprendizagem é facilitada por meio da repetição. Esses pressupostos equivocados precisam ser superados por essa parcela de estudantes, como aponta Barreto (2005), e o professor tem essa missão.

As representações que o(a) aluno(a) faz da escola e de seu desempenho na cultura escolar são construídas não somente dentro da própria escola, mas também no âmbito da família e das relações sociais, através de expectativas próprias e de expectativas de outros pais, colegas, amigos, professores que nele são depositadas. Muitas vezes, os alunos com dificuldades são preconceituosamente taxados pelos professores, pais e colegas de “burros”, “preguiçosos”, “deficientes”, “lentos”. Estas palavras são corrosivas e imprimem cicatrizes profundas, causando efeitos devastadores na autoestima do sujeito (Costa; Álvares; Barreto, 2006, p. 18).

De acordo com Costa, Álvares e Barreto (2006), muitos alunos da modalidade EJA chegam às salas de aulas com a autoestima baixa, com sentimentos de vergonha e insegurança. Essas autoras enfatizam que esses fatores podem contribuir para a evasão e o fracasso escolar e que o docente tem papel fundamental na criação da confiança e valorização dessas pessoas no ambiente escolar:

Um caminho seguro para diminuir esses sentimentos de insegurança é valorizar os saberes que os alunos e alunas trazem para a sala de aula. O reconhecimento da existência de uma sabedoria no sujeito, proveniente de sua experiência de vida, de sua bagagem cultural, de suas habilidades profissionais, certamente, contribui para que ele resgate uma autoimagem positiva, ampliando sua autoestima e fortalecendo sua autoconfiança. O bom acolhimento e a valorização do aluno, pelo(a) professor(a) de jovens e adultos, possibilitam a abertura de um canal de aprendizagem com maiores garantias de êxito, porque parte dos conhecimentos prévios dos educandos para promover conhecimentos novos, porque fomenta o encontro dos saberes da vida vivida com os saberes escolares (Costa; Álvares; Barreto, 2006, p. 18-19).

Nesse sentido, é fundamental abrir espaço para a fala desses educandos e para a valorização de seus conhecimentos e cultura.

## **PROFESSORES E SUA PRÁTICA NA EJA**

O ensino de jovens e adultos não surgiu com o objetivo de oferecer conhecimento a esse público para que se tornassem cidadãos detentores de

consciência crítica e atuantes na sociedade. Por muito tempo, o ensino oferecido a essa parcela da população foi destinado a formar mão de obra com o mínimo de saber para serem capazes de ler instruções e manipular equipamento no mercado de trabalho. A educação dos jovens e adultos por muitos anos margeia os objetivos e investimentos destinados às demais modalidades regulares de ensino; além disso, o trabalho pedagógico sempre foi subestimando e desvalorizado na EJA:

Desde as primeiras campanhas de alfabetização, houve uma prática de improvisação de professores de EJA baseada em dois falsos pressupostos: primeiro, qualquer pessoa alfabetizada pode ensinar um adulto a ler; segundo, o investimento em alfabetização de adultos não é rentável, logo deve-se gastar o mínimo possível com aqueles que não aprenderam a ler na idade apropriada. Assim, aceitam-se voluntários não habilitados (remunerados ou não) para dar conta da tarefa de alfabetizar jovens e adultos (Carvalho, 2010, p. 159).

O ato de ensinar demanda uma formação com amplos conhecimentos, e a educação de jovens e adultos apresenta muitas especificidades que vão além do ensino e decodificação de letras e números. Usar a lógica do mercado é desumano com pessoas que já estão à margem do pleno exercício da cidadania.

Infelizmente a formação para professores ainda não atende às demandas necessárias aos problemas sociais enfrentados na atualidade no nosso país.

Assim, é também por exigência ética que a atividade profissional dos educadores deve se conceber e se realizar como investimento intencional sistematizado na consolidação das forças construtivas das mediações existenciais dos homens. É isso que lhe dá, aliás, a sua qualificação ética. O investimento na formação e na atuação profissional do educador não pode, pois, reduzir-se a uma suposta qualificação puramente técnica. Ela precisa ser também política, isto é, expressar sensibilidade às condições histórico-sociais da existência dos sujeitos envolvidos na educação. Sendo política, a atividade profissional se tornará intrinsecamente ética (Severino, 2012, p.161).

O trabalho do professor como mediador do conhecimento necessita empregar metodologias de ensino que favoreçam aos estudantes refletir e agir na dinâmica e nas problemáticas do contexto em que estão inseridos, mas também para além de suas vivências. O ensino necessita ser pautado na ética, cidadania, respeito e no bem comum.

A necessidade de que a educação trabalhe a formação ética dos alunos está cada vez mais evidente. A escola deve assumir-se como um espaço de vivência e de discussão dos referenciais éticos, não uma instância normativa e normatizadora, mas um local social privilegiado de construção dos significados éticos necessários e constitutivos de toda e qualquer ação de cidadania, promovendo discussões sobre a dignidade do ser humano, igualdade de direitos, recusa categórica de formas de discriminação, importância da solidariedade e observância das leis (Brasil, 1998, p.16).

Paulo Freire (1996) sempre defendeu uma postura de proximidade do educador com o aluno, no sentido de conhecer mais sobre quem é esse estudante: o que pensa, como é seu cotidiano; para isso, é indispensável o docente oportunizar a fala dos discentes, com respeito e valorização de suas vivências cotidianas e correlacioná-las com os conteúdos didáticos:

O desrespeito à leitura de mundo do educando revela o gosto elitista, portanto antidemocrático, do educador que, desta forma, não escutando o educando, com ele não fala. Nele deposita seus comunicados (Freire, 1996, p. 46).

Ser docente não é estar no centro do processo de ensino; é necessário sensibilidade para com seus alunos, é necessário saber sobre pessoas, interação, saber ouvir, é ter conhecimento sobre desenvolvimento humano. É reconhecer que a aula é um momento de troca de conhecimentos, como defende Paulo Freire em seus estudos.

Ser professor vai muito além de ministrar aulas de uma disciplina; não é transmitir conteúdo didático. O professor na atualidade necessita ter domínio de um conteúdo contextualizado e crítico da realidade e dos problemas existentes; é necessário possuir conhecimentos de informática e de equipamentos tecnológicos. Ser professor é ser pesquisador, uma vez que a produção de conhecimento não para de crescer e cada sala de aula é um contexto diferente, o que demanda aulas diferentes e, conseqüentemente, diferentes metodologias.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Os dados indicam que a educação é o principal instrumento de transformação e participação na sociedade, e o professor necessita conhecer e valorizar a história e os conhecimentos dos alunos da educação de jovens e adultos. Dessa forma, é fundamental ter um olhar diferenciado para as

características desse alunado, a fim de motivá-los e valorizá-los ao longo de todo o processo de ensino.

O ensino não pode ser descontextualizado da vivência desses alunos, que necessitam ser ouvidos e incluídos durante as aulas. Devido aos muitos problemas e dificuldades enfrentados em suas vidas, esses alunos são mais suscetíveis ao abandono dos estudos. E, no enfrentamento dessa evasão, a aproximação entre docentes e alunos com cordialidade e respeito pode diminuir a evasão, um problema tão comum nas salas da EJA.

## REFERÊNCIAS

BARRETO, José Carlos. Um sonho que não serve ao sonhador. In: **Construção coletiva: contribuições à educação de jovens e adultos**. Brasília: UNESCO, MEC, RAAAB, 2005, p. 63-68.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: introdução aos parâmetros curriculares nacionais** / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1998.

CARVALHO, Marlene. **Primeiras letras: alfabetização de jovens e adultos em espaços populares**. São Paulo: Ática, 2010.

COSTA, E.; ÁLVARES S. C.; BARRETO V. **Trabalhando com a educação de jovens e adultos, alunas e alunos da EJA**. 2006. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/eja\\_caderno1.pdf](http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/eja_caderno1.pdf)>. Acesso em: 21 set. 2023.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GADOTTI, Moacir. **Educação de Adultos como Direito Humano**. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009.

GOES, Laura Cristina Belo; CARDEAL, Janine Oliveira. **A afetividade na educação de jovens e adultos como possibilidade da ação pedagógica: um olhar sobre uma experiência formativa no município de Penedo**. Arapiraca, 2019.

MEC, RAAAB. **Construção coletiva: contribuições à educação de jovens e adultos**. Brasília: UNESCO, MEC, RAAAB, 2005.

SEVERINO, A. J. Humanismo, Personalismo e os desafios sociais da educação contemporânea. **Revista de Educação Pública**, [S. l.], v. 18, n. 36, p.155–163, 2012. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/educacaopublica/article/view/528>. Acesso em: 21 set. 2023.

VERAS, R. DA S.; FERREIRA, S. P. A. A afetividade na relação professor-aluno e suas implicações na aprendizagem, em contexto universitário. **Educar em Revista**, n. 38, p. 219–235, set. 2010.

## **SOBRE OS ORGANIZADORES**

### **MARCOS VITOR COSTA CASTELHANO**

Graduado em Psicologia pelo centro universitário de Patos (UNIFIP), sendo mestrando em ciências da educação.

### **PATRÍCIO BORGES MARACAJÁ**

Engenheiro Agrônomo pela Universidade Federal da Paraíba concluído em (1981) e Graduado em Teologia pelo Cenpacre (2007), efetuou o doutorado (1991 - 1995) recebendo o título de Doutor Engenheiro Agrônomo pela Universidad de Córdoba - España em (1995) que foi Convalidado pela USP ESALQ - Piracicaba - SP em 1996 como o título de D. Sc.: Entomologia

### **ALINE CARLA DE MEDEIROS**

Licenciada em Biologia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú, concluído em 2008; Especialista em Educação Ambiental pelas Faculdades Integradas de Patos (FIP), concluído no ano de 2011; Mestre em Sistemas Agroindustriais, pela Universidade Federal de Campina Grande- UFCG/Pombal-PB, concluído em 2014 e Doutora em Engenharia de Processos pela Universidade Federal de Campina Grande-UFCG, concluído em 2020.

### **FLÁVIO FRANKLIN FERREIRA DE ALMEIDA**

Possui Mestrado em Economia da Empresa (aprovado com distinção) pela Universidade Federal da Paraíba-UFPB (2004). Graduado em Ciências Econômicas - (2001).

#### **JOSÉ CEZARIO DE ALMEIDA**

Possui Curso Técnico em Agropecuária (CAVN/UFPB); Curso em Licenciatura em Ciências (1991); Curso de Licenciatura em Biologia (1999) p/ Universidade Federal da Paraíba; Curso de Bacharelado em Ciências Jurídicas e Sociais (DIREITO) e ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO PENAL p/ Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Cajazeiras - PB;; MESTRADO em Desenvolvimento e Meio Ambiente p/ Universidade Federal da Paraíba (2002) e DOUTORADO em Ciências Biológicas p/ Universidade Federal de Pernambuco (2005); PÓS-DOURADO EM CIÊNCIAS DA SAÚDE - Sistemas de Garantias e de Proteção dos Direitos e da Saúde de Crianças e Adolescentes, p/ Universidade São Paulo - USP. DOUTORADO EM CIÊNCIAS JURÍDICAS (PPGCJ-UFPB (em curso). PROFESSOR DO MAGISTÉRIO SUPERIOR - Associado IV da Universidade Federal de Campina Grande, Campus de Cajazeiras (2005-2022); Diretor Geral do Campus da UFCG - Cajazeiras (2010-2014).

#### **SERGIO CARVALHO ARAÚJO**

Licenciatura em Pedagogia - Fundação Universidade do Tocantins - UNITINS  
Pós - Graduação Lato Sensu-Fundamentos para Alfabetização e Letramento e a Psicopedagogia Institucional - FAEL  
Mestrado em Ciências da Educação - Emill Brunner World University ( USA).  
Doutorado em Ciências da Educação - Emill Brunner World University( USA).

